

SELVA DE PEDRA

Em guerra declarada, trabalhadores e trabalhadoras precisam sobreviver ao trânsito das grandes cidades



EMPREGO E RENDA

Classe trabalhadora pede ações para enfrentar a desvalorização da produção nacional



UGT CONTRA OS ALTOS JUROS DOS CARTÕES DE CRÉDITO





CAPA UGT lança campanha contra os altos juros dos cartões. Pág. 22

SELVA DE PEDRA

Trabalhadores precisam sobreviver ao trânsito das grandes cidades. Pág. 12



GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA

Classe trabalhadora pede ações para enfrentar a desvalorização da produção nacional. Pág. 32

CRACK: O "REALITY SHOW" DA VIOLÊNCIA URBANA 4
 OPINIÃO - UGT na Campanha Jogue Limpo 7
 UGT NO FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO 2012 8
 PELO DIREITO DE IR E VIR 14
 EDUCAÇÃO QUALIFICADA 16
 PONTO DE VISTA - Um novo modelo de sociedade 17
 NA BUSCA DE UM SISTEMA DE SAÚDE DE QUALIDADE 18
 FICHA SUJA NUNCA MAIS 20
 VIVER E TRABALHAR EM TERRAS ESTRANGEIRAS 21
 UGT ESTADUAIS 26
 ARTIGO - Mulheres querem mais espaço na política 29
 SINDICALISMO CIDADÃO 30
 ARTIGO - Mudanças que não podem esperar no meio musical autoral 35
 UGT NA RIO+20 36
 UGT CRIA INSTITUTO DE PESQUISAS 39
 ECONOMIA SOLIDÁRIA 40
 ENTREVISTA - É possível ter um trânsito melhor em São Paulo 42

QUEREMOS UM BRASIL FORTE



A exemplo de 2008, quando o mundo entrou numa forte crise econômica, estamos vivendo um processo semelhante na Europa, na Grécia, na Espanha e em Portugal, mostrando aos olhos do mundo que essa crise financeira pode se espalhar. E o Brasil, apesar de o Governo dizer o contrário, pode ser contaminado por essa instabilidade. É verdade que o Governo já começou a agir, deflagrando uma campanha pela redução dos juros bancários e reduzindo os impostos dos carros, além disso trouxe a taxa Selic para 8,5%, a mais baixa da história.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) vê essas medidas como importantes, mas elas só não surtem os efeitos desejados se não se atacar o "olho do furacão", que são as altas taxas de juros, que consomem grande parte do salário do trabalhador, principalmente os cobrados pelos cartões de crédito. Essa é uma discussão que já está na pauta do dia da UGT, que iniciou uma Campanha Nacional denunciando à sociedade as altas taxas de juros dos cartões de crédito.

Queremos um Brasil forte, mas para isso é preciso a união de todos, inclusive do sistema financeiro que é o setor que mais ganha às custas do trabalhador.

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente
Ricardo Patah

Conselho editorial
Antonio Carlos Reis
Enilson Simões de Moura
Laerte Teixeira da Costa
Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
Lourenço Ferreira do Prado
José Roberto Santiago
Davi Zaia
Severino Ramos
Canindé Pegado
José Moacyr Pereira
Francisco Pereira de Souza Filho
Benedito Antonio Marcelo
Arnaldo de Souza Benedetti
Otton da Costa Mata Roma
Marcos Afonso de Oliveira
Valdir Vicente de Barros
Mônica da Costa Mata Roma
Eleuza de Cássia Buffeli Macari
Josineide de Camargo Souza

Diretor Responsável
Marcos Afonso de Oliveira
MTb 62.224

Jornalista Responsável
Mauro Ramos
MTb 11.875

Edição
Elaine Gazonni

Redação
Fábio Ramalho
Joacir Gonçalves
Marco Roza
Mariana Veltri
Paulo Pirassol

Programação Visual e Diagramação
Laudate

Fotos
FH Mendes
Arquivo da UGT



JUROS EXTORSIVOS ALAVACAM DÍVIDAS DO CARTÃO

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

Em qualquer país do mundo é impossível explicar como as taxas de juros dos cartões de crédito atingem, por ano, a estrondosa cifra de 237,9%, como ocorre no Brasil, de acordo com cálculos realizados pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

É contra esse abuso que a União Geral dos Trabalhadores (UGT) assumiu a bandeira em defesa da redução dessas taxas. Isso porque estamos diante da inoperância dos agentes reguladores no Brasil, entre eles, o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No site da entidade está registrado que o CMN é "o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Ao CMN compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial".

Infelizmente, para amplos setores da classe trabalhadora, a entidade nada faz, deixando os bolsos dos trabalhadores abertos à ação impune das operadoras de cartões de crédito para uma brutal transferência de renda, que sugam os salários e prejudicam as condições de sobrevivência.

As operadoras de cartão, em conluio com os bancos, têm montado

uma verdadeira armadilha para subtrair renda, através das altas taxas de juros cobradas no crédito rotativo do cartão de crédito.

Temos recebido denúncias de que os bancos e operadoras de cartão de crédito induzem, deslavadamente, os trabalhadores a abrir uma segunda conta, que não será, portanto, enquadrada na legislação da conta salário, e lhes empurram cheque especial e, principalmente, cartão de crédito. Em pouco tempo o trabalhador está endividado e o desconto dos juros arbitrários e absurdos é realizado diretamente nesta segunda conta, realimentada pelos rendimentos dos trabalhadores.

Dados publicados no jornal "O Estado de S.Paulo", em 27/05, mostram que 14,1 milhões de famílias brasileiras já comprometeram um terço da renda mensal só com dívidas. Segundo a Boa Vista Serviços, órgão da Associação Comercial de São Paulo, as causas da inadimplên-



cia que eram vinculadas principalmente ao desemprego agora têm como motivação adicional o descontrole das contas causados pelas dívidas de 24,6% (antes era 15%) das famílias. Muitas dessas dívidas são geradas pelos juros cobrados pelos cartões de crédito.

Na agenda da UGT contra os juros extorsivos dos cartões de crédito estão as mobilizações públicas, como a que realizamos em frente à sede do Visa, na avenida Faria Lima, em São Paulo e um abaixo-assinado que estamos fazendo em todo o País, para exigir dos bancos uma redução substancial nas taxas de juros, cobradas no crédito rotativo.

Nosso próximo passo é apresentar à presidente Dilma Rousseff um pedido formal para apelar ao CMN para trabalhar a favor do Brasil, como seu governo tem feito em relação aos juros.

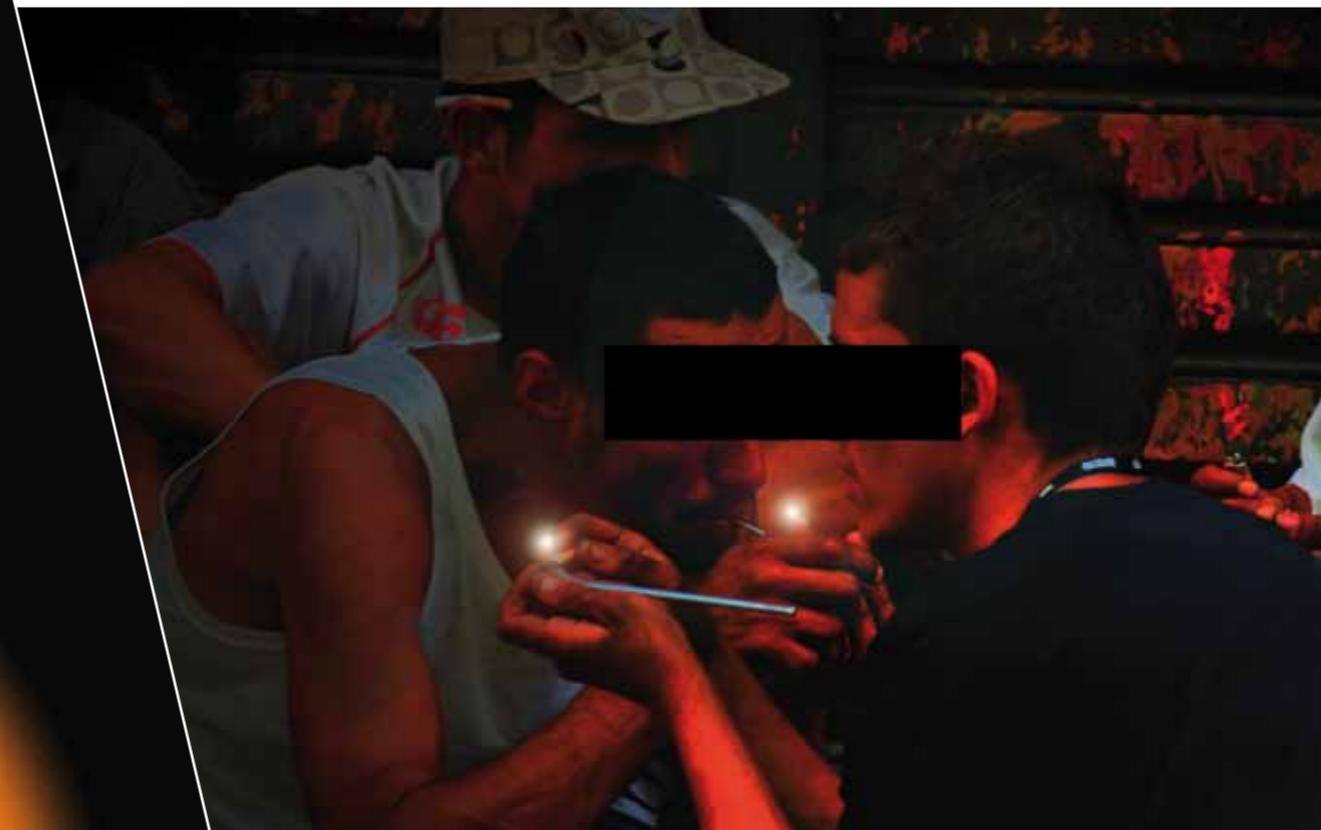
Vamos incentivar nossos sindicatos e entidades filiadas a orientar seus associados para exigir das empresas a retomada da conta salário como uma maneira de protegerem, prioritariamente, o salário.

É urgente interferir na escalada do endividamento e dos juros arbitrários e absurdos, pois além de prejudicar a qualidade de vida dos trabalhadores, compromete todo o esforço dos sindicatos, da UGT e demais centrais que se empenham ao máximo para melhorar as negociações salariais.

CRACK

O "REALITY SHOW" DA VIOLÊNCIA URBANA

A cultura prevencionista como base de programa de governo, familiar e educacional



Muito se fala em guerra contra o crack. O governo federal, no combate ao entorpecente, lançou o programa "Crack, é possível vencer". Ações regionais começaram a ser implantadas em cada cidade do território nacional como medida para conter o acesso à droga. Vive-se uma verdadeira epidemia que assola milhões de brasileiros. Qual seria a solução? Engajada na melhoria da vida humana e com foco no futuro do jovem quanto cidadão e trabalhador, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) busca uma alternativa. E a Revista da UGT traz nesta edição o Dr. Jorge Lordello, palestrante em droga e violência urbana e especialista em segurança pública e privada, para apontar ações preventivas para a sociedade.

Dos guetos, a substância tomou conta das ruas dando espaço às cracolândias. Seria possível inibir o acesso ao crack? Ele chega repentinamente e devasta a vida da pessoa. O cidadão é retirado do convívio social e mergulha numa nova vida que lhe é apresentada. Uma realidade escancarada. O usuário do crack, diferentemente das pessoas que faziam uso da maconha, cocaína ou derivados, utiliza-o à luz do dia, no meio da multidão, em frente às câmeras. Faz um verdadeiro reality show da desgraça humana.

Ao fazer um histórico das drogas no Brasil, o Dr. Jorge Lordello imputa o crack como um divisor de águas. Por quê? Porque as drogas existentes antes da chegada do crack, e até mesmo do oxi, não tiram a pessoa da sua vida normal, ela mantém um certo status social - isso, em casos que não se desenvolve a dependência. Com o crack, o efeito é rápido e devastador. "Basta experimentar uma vez que o usuário vicia. Ele se retira de qualquer

convívio. O crack arranca o usuário da família ou do trabalho, desvinculando-se da sociedade", explica.

Pulam-se etapas e acaba a figura do "mendigo romântico". Aquele cara conhecido do bairro, que todo mundo ajudava, que não oferecia perigo nenhum, simpático, não se vê mais, porque começou a usar crack. E se torna uma pessoa perigosa, começa a roubar e matar para ter a droga.

São muitos os jovens, às vezes usuários apenas de maconha, que se deparam com a oferta do craqueiro, que oferece a substância mais "acessível economicamente". Experimentam e, seduzidos, não largam mais, perdendo até o rumo de casa. Classes sociais inteiras são destruídas. Por ser o crack, uma droga mais barata composta por químicas fortíssimas, impregna na pessoa que faz seu uso e esta se entrega ao vício rápido. E o que se vê são jovens de classe alta, média e baixa, misturados no mesmo ponto, consumindo o mesmo objeto de desejo. Concentrados, tumultuando ruas, pedindo dinheiro no farol ou abordando um desavisado, quando chegam de repente e praticam um assalto.

Para Dr. Jorge Lordello, também conhecido como Dr. Segurança, as ações policiais na cracolândia são efetivas, que visam minimizar e dificultar o acesso ao mundo das drogas, porém, antecipa a importância de trabalhar a prevenção desde a base familiar e curricular (educação).

DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

Para entender as etapas é preciso olhar para a relação social de hoje e comparar um adolescente que viveu antes da sociedade imediatista (quando chegou a internet). Sem muito acesso à informação, um garoto de 12 anos, por exemplo, era mais despreparado, quase uma criança. O contrário das crianças e adolescentes de hoje, que têm acesso a tudo. "Você antecipa a fase sexual, as fases emocionais e, com is-

so, você antecipa também os problemas. E um deles é o contato com drogas. O primeiro desafio é o seguinte: o que o País tem que fazer, para que jovens de 9, 10, 11 e 12 anos não se interessem por drogas? Esse é o primeiro ponto", considera Dr. Lordello.

E vem um segundo ponto, o que o especialista chama de usuário ocasional ou usuário habitual. São jovens que usam algum tipo de droga, só que ele ainda não é dependente. Sem o vício, mas é parte de outra massa de milhões de garotos que está a caminho da dependência. O que fazer?

"O governo deveria trabalhar muito forte nesses dois primeiros parâmetros. O jovem que não está usando, se ele não entrar, foi uma vitória. Esse garoto que está usando, se conseguir removê-lo dessa ideia, é outra vitória. O problema é quando o garoto passa do usuário habitual para o usuário dependente. Aí o estado já não tem muito o que fazer, a não ser ofertar o tratamento, só que essa pessoa geralmente não quer o tratamento", explana. O índice de pessoas que querem o tratamento é baixíssimo, de milhares de dependentes, uma parcela de 15% procura por tratamento.

EDUCAR PARA PREVENIR

Com foco na busca de uma medida, o entrevistado aponta um programa de treinamento de prevenção envolvendo os pais, a escola (educadores), assim como entidades religiosas, uma vez que são pessoas em contato com a criança desde cedo e fornecedoras de valores e exemplos. "Você tem que dar cursos para mulheres gestantes. Porque tem mulher gestante que usa cigarro, álcool ou outros tipos de drogas. E através da placenta ela já está contaminando seu filho com substâncias entorpecentes, lícitas ou ilícitas", explica.

Depois vem o tratamento específico para cada fase (desde o bebê

até o jovem de 20 anos), com diferentes tipos de linguagem, que transmitam coisas positivas, mostrando o limite, trabalhando a questão de ética, saúde através da alimentação até chegar a fase da socialização.

Criar programas de capacitação. Preparar educadores para trabalhar com o jovem dentro dos colégios e treinar os religiosos, para levar informações positivas aos pais e filhos. "É preciso melhorar a autoestima do aluno, para detectar o problema. Porque normalmente o viciado em drogas teve problemas de infância. E por esse motivo, na fase da adolescência ele se desestrutura emocionalmente, podendo se apegar ao álcool ao cigarro e às drogas ilícitas", demonstra.

Dr. Lordello deixa uma mensagem para ser refletida:

"Instrui a criança no caminho que deve andar e, mesmo quando mais velha, não se desviará dele"...
(Rei Salomão-Bíblia)



Dr. Jorge Lordello
Especialista em Segurança Pública e Privada, pesquisador criminal, escritor internacional (livros publicados no Brasil e exterior), palestrante e conferencista sobre o tema violência urbana e drogas.

UGT NA CAMPANHA JOGUE LIMPO

Trabalhadores da Adidas, Nike e Puma em Bangladesh são maltratados

Em julho de 2011, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) lançou durante o seu 2º. Congresso Nacional a Campanha Nacional Jogue Limpo, que tem como objetivo informar e mobilizar as pessoas em relação à extrema injustiça que envolve a produção de equipamentos desportivos, convidando-as a refletir, discutir e tomar uma posição.

Trabalhadores de Bangladesh, que fabricam artigos esportivos para Puma, Nike e Adidas, que patrocinam os Jogos Olímpicos de Londres/2012, foram agredidos fisicamente, segundo o jornal britânico The Observer.

"Em uma fábrica da Puma, dois terços dos trabalhadores entrevistados foram agredidos, socados, empurrados ou insultados", afirma o Observer, que investigou as fábricas em conjunto com a organização War on Want.

Na fábrica da Adidas, muitas funcionárias afirmaram que foram obrigadas a retirar as peças que usavam para cobrir os seios. Trabalhadores das três empresas tinham horários superiores ao limite legal, com remunerações inferiores ao salário mínimo. A empresa declarou ao jornal que a questão dos salários foi solucionada, mas ressaltou que estava preocupada com as



Sidnei De Paula Corral,
é Secretário de Relações Internacionais para as Américas

informações de assédio ou agressão física aos trabalhadores.

A Puma informou ter detectado provas de que funcionários estavam trabalhando mais horas do que o previsto em uma de suas fábricas e se comprometeu a resolver o problema.

A UGT está atenta, lembremos que milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras já estão ou estarão envolvidos diretamente em trabalhos relacionados à realização das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Da construção dos aeroportos e

estádios à confecção de uniformes, fabricação de calçados e artigos esportivos, a hotelaria, os transportes, o comércio regular e ambulante das cidades sedes, a rede médica, a segurança pública e tantos outros importantes setores da economia irão demandar enorme contingente de pessoas para trabalhar em função destes mega eventos esportivos.

Exigir que tais trabalhadores tenham respeitados os seus direitos, recebendo tratamento justo e remuneração adequada, é dever do movimento sindical brasileiro. A UGT não se furta a essa responsabilidade. Vamos fiscalizar.

Por isso "juguemos neste time", para que os eventos esportivos sejam justos para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos e também para os atletas. Levantemos a bandeira da erradicação do trabalho infantil e trabalho escravo. Lutemos pelo trabalho decente e justiça social.

"Em uma fábrica da Puma, dois terços dos trabalhadores entrevistados foram agredidos, socados, empurrados ou insultados"



UGT NO FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO 2012

Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental

Entre os dias 24 e 29 de janeiro, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) participou da edição 2012 do Fórum Social Temático: Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental.

O evento, que foi descentralizado, aconteceu em Porto Alegre e cidades da região metropolitana – Gravataí,



Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo – e reuniu aproximadamente 40 mil pessoas que, num espaço aberto, democrático e plural, puderam participar de diversas atividades promovidas por entidades dos movimentos sindicais e sociais que proporcionaram um debate amplo sobre sustentabilidade, trabalho decente, inclusão e justiça social, enfrentamento ao capitalismo neoliberal e aos efeitos de sua crise global.

Para abrir os trabalhos do Fórum, cerca de 30 mil pessoas participaram da Marcha dos Povos. A concentração aconteceu em frente à prefeitura de Porto Alegre, no centro, e seguiu pelas ruas da cidade até a chegar na usina do Gasômetro, onde aconteceu grande parte das atividades.

Buscando o fortalecimento das bandeiras de luta da classe trabalhadora, a militância ugetista se destacou em meio às diversas manifestações promovidas por ativistas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais (estudantes, negros, LGBT, Mulheres, entre outros), que aconteceram durante a abertura do Fórum.

Dentre os diversos povos que participaram da Marcha, houve a apresentação teatral do enterro, simbólico das matas brasileiras, em protesto às mudanças no Código Florestal; as reivindicações por melhorias no sistema educacional e a defesa de 10% de investimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor; erradicação de qualquer tipo de preconceito, discriminação e forma de dominação proveniente da ótica do poder.

Esta edição do Fórum serviu como preparação para a Cúpula dos Povos, encontro que será realizado pelos movimentos sociais em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamado de Rio + 20, que acontece de 20 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

A PLATAFORMA DE LUTA

Ao final do Fórum Social Temático (FST), o conjunto dos movimentos sociais, de trabalhadores e trabalhadoras e ativistas ambientais, desenvolveu uma série de propostas que serviram de plataforma alternativa às propostas que têm sido discutidas na Conferência do Rio.

Outra questão levantada durante o FST foi a construção de uma agenda conjunta de enfrentamento ao capitalismo, o patriarcado, o racismo e todo o tipo de exploração e discriminação.

O PAPEL DA CLASSE TRABALHADORA

Durante o evento, a classe trabalhadora teve atenção especial para ampliar as discussões sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas, distribuição de renda, erradicação da pobreza, direitos humanos, sustentabilidade, entre outros temas.

A oficina Mundo do Trabalho – Crise Capitalista, Rio+20 e Trabalho Decente, foi um evento organizado pela UGT junto com as demais centrais sindicais – CTB, CUT, CGTB, Força Sindical e Nova Central – em parceria com o DIEESE.

Durante os trabalhos a unidade entre as entidades, o fortalecimento do conceito de qualidade de vida, geração de empregos e melhor distribuição de renda foram as palavras de ordem para se combater os efeitos da crise mundial iniciada nos Estados Unidos, em 2008, e que atualmente devasta os países europeus.

PARTICIPAÇÃO ATIVA

Dentre as atividades promovidas



pela UGT durante a oficina Mundo do Trabalho, o seminário sobre trabalho decente reuniu sindicalistas de diversas centrais, representantes de diversos movimentos sociais e de ONGs que, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), puderam debater e refletir sobre as ações dos trabalhadores e trabalhadoras em prol de melhorias nas condições laborais da população.

Dividida em duas partes, a atividade contou com a participação de Ramon Ermácora, diretor do Instituto Intersindical de Estudos de Capacitação do Sul (Incasur), que ministrou o tema "Fortalecimento do Mercosul a partir do Diálogo Social" e de Nilson Duarte da Costa, presidente da UGT Estadual do Rio de Janeiro (UGT-RJ), que abordou o "Trabalho decente durante as obras da Copa do Mundo, experiência das greves do Maracanã".

DOCUMENTO APROVADO

A unidade entre a UGT, DIEESE e demais centrais sindicais, ao final das atividades da oficina Mundo do Trabalho, elaborou uma carta conjunta que aponta caminhos que busquem solucionar os problemas laborais e ampliar os direitos da classe trabalhadora que precisa, urgentemente, fortalecer sua base no combate à crise capitalista que assola diversos países do mundo.



- Carta do Mundo do Trabalho - TRABALHADORES DO MUNDO: PROTAGONISMO E PROPOSTAS PARA ENFRENTAR A CRISE

Desde a segunda metade da última década, o planeta vive uma de suas mais violentas crises econômicas, comparada ou até mesmo considerada mais profunda do que a Grande Depressão iniciada em 1929 nos Estados Unidos e espalhada para os demais países do mundo. Trata-se de um dos maiores desafios da história moderna da Humanidade, que exige de todos um compromisso global para a sua solução, com respeito às soberanias, às economias regionais e também às ideologias e especificidades culturais e históricas de cada povo, nação, tribo, etc.

Novamente deflagrada nos Estados Unidos, a crise tem como epicentro o sistema financeiro que, com a substituição do Steagall Glass Act (lei norte-americana de 1933, proíbe os bancos comerciais de também serem bancos de investimento e limitando suas intervenções no mercado financeiro), pelo Gramm-Leach-Bliley Act, no Governo Clinton, que mudou a lei anterior e permitiu aos bancos atuarem além do mercado financeiro. A total desregulação do sistema financeiro, e a conciliação com suas práticas nefastas às economias, fez da falência do banco Lehman Brothers, em 2008, o estopim que se alastrou pelas economias centrais, especialmente nos países da Europa.

Ainda sem solução nos Estados Unidos, e com um quadro de agravamento na Comunidade Econômica Européia, os governos desses países sucessivamente adotam medidas inócuas que apenas aprofundam ainda mais a crise, atingindo de forma especial os trabalhadores. O corte de investimentos públicos, particularmente sociais e em educação, a demissão de funcionários públicos, a redução de salários, do que são exemplos drásticos as medidas aplicadas na Grécia, e que se espalha pela maioria dos países da Europa, resultam em mais recessão, falência industrial, desemprego e perda da qualidade de vida dos cidadãos.

As manifestações de resistência da juventude e dos trabalhadores desde o movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e passando pelos países europeus, demonstram a ineficácia dessas medidas neoliberais para as economias locais. Além disso, a ação dos governos traz paralelamente em seu bojo o viés da repressão política em todas as suas formas clássicas e modernas, da violação das liberdades individuais, do ataque às organizações sindicais e sociais e à liberdade de imprensa.

O Brasil - sede desta edição do Fórum Social Temático, sob o tema "Crise capitalista – justiça social e ambiental" - seus governantes, seu povo e, particularmente, seus trabalhadores, têm uma importante contribuição a dar ao mundo neste momento. Desde o segundo Governo Lula, quando eclodiu a crise mundial, o país apostou em outro caminho para enfrentá-la, com valorização salarial, criação de postos de trabalho, redução de impostos, desenvolvimento industrial, fortalecimento do mercado interno e protagonismo dos trabalhadores.

Ao invés de investir na redução do papel social do Estado, na recessão econômica, no empobrecimento dos trabalhadores e na negação de qualquer futuro à juventude, é preciso apostar mais na força criativa e produtiva dos 99% da população mundial e menos no 1% representado pelo Sistema Financeiro. O novo mundo em construção exige valorização da produção, valorização do trabalho, vigência plena do Trabalho Decente, desenvolvimento com respeito ao meio-ambiente e à sustentabilidade, democratização do acesso à informação e participação dos trabalhadores nas decisões.

Os representantes dos trabalhadores de todo o mundo reunidos no Fórum Social Temático em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, reafirmam que "outro caminho é possível", ao contrário do que pregam as teses do liberalismo tardio em vigor que pautam as medidas de enfrentamento à crise. A exemplo dos trabalhadores brasileiros, organizados em suas Centrais Sindicais, os trabalhadores de todo o mundo devem exercer e ter respeitado o seu papel de protagonistas para afirmar uma nova realidade econômica, social e política.

SELVA DE PEDRA

Em guerra declarada, trabalhadores e trabalhadoras precisam sobreviver ao trânsito das grandes cidades



Na última década, a violência no trânsito das cidades ao redor do mundo cresceu drasticamente e, por consequência, houve um crescimento no número de vítimas, principalmente as fatais.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), só em 2009, cerca de 1,3 milhões de pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito em 178 nações. Essa verdadeira carnificina tem um custo estimado de 1% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país.

No Brasil, entre 2007 e 2010, os gastos com internação das vítimas de acidentes no trânsito mais que dobraram, o que motivou esse aumento foi o crescimento no número de motos vendidas no país, que já se encontra na 5ª posição entre as regiões recordistas em acidentes, atrás somente da Índia, China, EUA e Rússia.

Esses números fizeram com que a Secretaria de Vigilância em Saúde

(SVS) divulgasse que “o Brasil vive uma epidemia de acidentes de motocicletas”. Conforme dados de março de 2011, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a frota motorizada do país é de 66.116.077 veículos, desse total 26% são motos, motonetas e ciclomotores, tendo maior concentração na região Sudeste com 60% da frota nacional.

Esse agrupamento de motos fez com que a região Sudeste alcançasse o recorde de internações financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que, em 2010, chegou a 44,9% das 145.920 internações registradas no país, gerando um custo aproximado de R\$187 milhões aos cofres públicos.

Para Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas e Mototaxistas de São Paulo e Região (Sindimotosp), a falta de experiência e de educação no trânsito são

fatores fundamentais para este aumento no número de acidentes. “É preciso que os órgãos governamentais intensifiquem as campanhas de educação no trânsito, assim como



Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, é presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas e Mototaxistas de São Paulo e Região (SINDIMOTOSP)

A LUTA SINDICAL EM PROL DA POPULAÇÃO

O **SINDIMOTOSP**, na luta pela ampliação do direito da classe trabalhadora e por melhoria na segurança da categoria vem participando de campanhas que orientem os motociclistas a respeitarem as leis de trânsito, além de incentivar o uso de materiais de proteção, tanto nas motos (como antena corta pipa e protetor de perna) quanto pessoal (capacete e colete com faixas refletivas).

O sindicato também incentiva que os trabalhadores e trabalhadoras a realizem o curso de 30 horas promovido pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), que possui aulas práticas e teóricas.

A **AMCAESP**, que visa como bandeira principal de luta a regulamentação da categoria de motoristas condutores de ambulância, promove ações na cidade de São Paulo, buscando a qualificação e capacitação técnica dos profissionais como forma de ampliar a melhoria do atendimento prestado para a população.

Com o objetivo de ampliar essas ações para todos os estados da federação, foi criada durante a assembleia nacional realizada em Espírito Santo, a Associação Brasileira dos Motoristas Condutores de Ambulância (ABRAMCA).

A **UGT**, sensibilizada com a luta da categoria, oficializou, em 26 de março, a criação da Secretaria Nacional de Urgência e Emergência dos Motoristas Condutores de Ambulância da entidade. Esta é mais uma ferramenta que os trabalhadores e trabalhadoras do setor têm para garantir seus direitos e avançar com as reivindicações para, cada vez mais, melhorar as condições laborais do setor.

ampliar as vias exclusivas para motos nas cidades também é uma boa alternativa para reduzir os acidentes”, explica.

Como enfrentamento a esta grave situação, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2011 a 2020 como a “Década de Ações para a Segurança no Trânsito”.

SERVIÇO QUE SALVA-VIDAS

A situação, que já é grave, poderia ser pior. Um dos fatores responsáveis por evitar o aumento ainda maior no número de mortes no trânsito brasileiro, foi a melhoria na qualidade do atendimento de emergência prestado pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

O serviço, que passou a contar com profissionais qualificados e unidades de pronto atendimento cada vez mais equipadas e modernas, é uma das ferramentas fundamentais

para que o Ministério da Saúde e das Cidades alcance as metas estabelecidas pelo Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes de Trânsito, lançado em 2011, que é a adesão brasileira ao programa da OMS “Década de Ações para a Segurança no Trânsito”, que visa estabilizar e reduzir o número de mortes e lesões em acidentes de transporte terrestre nos próximos 10 anos.

Alex Douglas, presidente da Associação dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado de São Paulo (AMCAESP) ressaltou que a categoria cumpre um papel importante, mas a qualificação profissional precisa estar aliada à melhoria nas condições laborais, salários decentes e qualidade de vida. “É um conjunto de fatores que diretamente influenciam na



A melhoria no atendimento de emergência prestado pelo SAMU é um dos fatores que contribuíram para a diminuição de mortes no trânsito brasileiro

prestação do serviço a população. Quando os trabalhadores e trabalhadoras do setor estão devidamente capacitados e desempenham sua função com o reconhecimento e tendo seus direitos respeitados, é claro que a qualidade do serviço aumenta”, esclarece o dirigente.



Alex Douglas é presidente da Associação dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado de São Paulo (AMCAESP)

Durante uma caminhada de duas quadras pelas ruas da periferia da cidade de São Paulo, é possível encontrar nas vias públicas calçadas esburacadas, degraus, sacos de lixo, galhos de árvore, lama, vendedores ambulantes, moradores de rua, dentre outros obstáculos que fazem de um simples passeio, uma grande aventura para as pessoas que têm mobilidade reduzida.

Infelizmente, esse desafio não é exclusividade da maior cidade da América Latina que, mesmo com os diversos investimentos feitos por parte do governo municipal, em acessibilidade, é preciso fortalecer as ações para promover às pessoas com deficiência o direito básico de ir e vir.

Com o anseio de vencer essa luta, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), por meio de sua Secretaria para Assuntos de Acessibilidade, vem ao longo dos tempos promovendo ações de inclusão social e qualificação profissional visando ampliar os direitos das pessoas com deficiência.

Este é um trabalho que a UGT tem desenvolvido, em todos os estados, desde sua fundação, em 2007. Contudo, apesar dos avanços já conquistados nas áreas trabalhistas e educacionais, a mobilidade urbana mostrou ser a principal bandeira de luta da categoria.

Segundo Silvana Mesquita da Silva, secretária para Assuntos de Acessibilidade da UGT, este é o papel da central para garantir o direito das pessoas com deficiência. "Já estamos trabalhando junto ao Ministério do Trabalho no sentido de ampliar as cotas e qualificar a mão de obra das pessoas com deficiência, mas um dos principais desafios que encontramos tem sido em rela-

Pelo direito básico da população de IR e VIR

UGT na luta pela ampliação dos direitos das pessoas com deficiência

ção à mobilidade urbana. Em todas as ações esbarramos nessa questão, que é um direito básico de todo o cidadão", explica a secretária.

Em alguns lugares deste imenso Brasil, é comum encontrar cidades não adaptadas para pessoas deficientes, com falta de transporte público adequado, rebaixamento de calçadas e pisos guia, para deficientes visuais. Em outras, os equipamentos existem, mas não há treinamento ou mão de obra qualificada para garantir o conforto do usuário.

A Secretaria de Acessibilidade da UGT, em breve, iniciará uma campanha visando ampliar a melhoria das cidades em relação à mobilidade urbana com melhoramento das vias públicas e o aumento das frotas adaptadas em todo o território nacional, assim como buscará fortalecer o treinamento de pessoas para manusear os equipamentos e, assim, preparar o profissional para melhor atender os (as) cidadãos (ãs) deficientes que utilizam transporte coletivo.

A cadeirante e também vereadora da cidade de Guarulhos, Silvana Mesquita, percorreu um determinado caminho de ônibus na cidade e verificou que o serviço está disponível, mas é preciso ampliar a qualificação dos profissionais que irão operar os equipamentos



É PRECISO AVANÇAR MAIS

No dia desta entrevista, Silvana Mesquita, que é cadeirante e também vereadora da cidade de Guarulhos, em São Paulo, percorreu um determinado caminho, de ônibus, para verificar como está o atendimento às pessoas com mobilidade reduzida no município.

Ao descer de seu carro adaptado e começar a percorrer as ruas, o primeiro desafio foi atravessar a rua, pois apesar de tantas campanhas promovidas em rede nacional (rádio, jornal, televisão e revista), ainda existem motoristas que não respeitam a faixa de pedestres.

Mesmo com as calçadas rebaixadas e o piso guia, que facilita a circulação de cadeirantes e deficientes visuais aos pontos de ônibus, Silvana teve dificuldade de adentrar no coletivo. Foram duas tentativas em que os motoristas só pararam porque um dos assessores da vereadora informou aos condutores que se tratava de uma pessoa deficiente.

O primeiro motorista havia parado longe da calçada. Por falta de prática não soube manusear o elevador e, alegando problemas no equipamento, deu partida no coletivo que saiu de porta aberta e com o elevador para fora, sendo um risco até para as pessoas que estavam no ponto de ônibus.

Já o segundo condutor, bem mais preparado, seguiu todo o procedimento e conduziu Silvana até o lugar reservado para sua cadeira de rodas que, devidamente travada e com cinto de segurança afivelado, seguiu viagem normalmente.

"O que aconteceu com o motorista do primeiro coletivo não pode repetir. O profissional precisa ter preparo para atender as pessoas com deficiência, apesar dos avanços já conquistados, ainda é preciso ampliar mais as nossas ações", explica Silvana.

Segundo a vereadora, em Guarulhos, 97% da frota de ônibus é adaptada e 100% dos micro-ônibus, mesmo assim, a cidade precisa avançar nas ações, pois assim que desceu do coletivo, Silvana encontrou um degrau na calçada que a impediu de seguir viagem sozinha.



EDUCAÇÃO QUALIFICADA *é o caminho para o desenvolvimento*

Ex-ministro da Educação Fernando Haddad realiza palestra para parlamentares e sindicalistas

Desenvolvimento econômico brasileiro aliado com os investimentos feitos pelo governo federal na área da educação foi o tema da palestra ministrada pelo ex-ministro da educação, Fernando Haddad, no Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O evento aconteceu no dia 15 de fevereiro e contou com a presença de Eduardo Tadeu, prefeito de Várzea Paulista, de Simão Pedro, deputado estadual, e de vários sindicalistas.

Haddad defendeu que é preciso avançar nas discussões sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas e lembrou que durante 15 anos de sua vida profissional esteve atrás de um balcão de comércio, por conta de seu pai. "Entre 81 e 98 minha família teve um comércio atacadista de tecidos, primeiramente se instalando no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, e na Rua 25 de Março. Só paramos quando meu pai teve um problema de saúde e eu resolvi seguir a vida acadêmica", explica.

Outro tema bastante abordado por Haddad foi em relação ao pe-

ríodo em que exerceu a função de ministro da Educação. "Talvez pelo fato de não ter tido a oportunidade de se educar, Lula foi o presidente que mais investiu em educação, mesmo assim, ele ficou conhecido como o presidente do Bolsa Família, mas o que ele colocou na educação é três vezes mais do que a soma de tudo o que foi investido no Bolsa Família", explica o ex-ministro.

Em seu discurso, Fernando enfatizou o quanto o governo federal investiu nos últimos 10 anos, em cur-



Fernando Haddad e Ricardo Patah

Como presidente de duas entidades focadas, exclusivamente, para a construção de programas que fortaleçam e ampliem a qualidade da educação – tanto fundamental quanto profissional no país – Ricardo Patah, presidente da UGT e do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo analisou o crescimento econômico do Brasil, que já é a sexta maior

potência do mundo, mas lembrou que ainda existe uma desigualdade social muito grande e que, apesar dos esforços do governo para mudar essa situação, o quadro da má distribuição de renda no país ainda persiste.

Patah lembrou o quanto os brasileiros ainda estão atrasados e muito abaixo da média educacional dos países desenvolvidos, mas que por conta dos incentivos do governo federal esse quadro tende a mudar ao longo dos anos.

"As mudanças implantadas pelo governo Lula e os avanços que estão sendo feitos pelo governo da presidenta Dilma demonstram que o povo brasileiro terá mais oportunidades para se instruir e crescer profissionalmente", conclui.

UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE

A transformação da sociedade industrial em sociedade da informação desencadeou uma verdadeira avalanche de mudanças e grandes desafios a serem enfrentados pelos líderes da sociedade do terceiro milênio.

Emerge um novo contexto em que as antigas e tradicionais regras do poder se tornaram obsoletas e inaceitáveis. A tecnologia avançada aumentou a capacidade do homem de produzir, reproduzir ou simplesmente destruir todo o progresso já alcançado.

Os líderes da sociedade industrial criaram um mundo onde o homem está cada vez mais vulnerável a todo tipo de ameaças e desastres potenciais como a violência urbana, sequestro, desagregação familiar, drogas, AIDS, lixo atômico, guerra nuclear e desemprego em massa. Temos hoje no mundo mais de 1/3 (um terço) de toda população economicamente ativa desempregada.

Ao refletir sobre as causas deste contexto, me lembro de uma citação de Madre Teresa de Calcutá: "A pior de todas as misérias é a pobreza de espírito que se faz mãe e parteira de todas as misérias humanas". Falta sabedoria para somarmos esforços na construção de uma sociedade e de um mundo melhor.

Acreditamos que somente à luz de uma nova visão de mun-



Arnaldo de Souza Benedetti, secretário de Formação Sindical da UGT

do – mais ética e aliada à formação de uma liderança mais sábia – poderemos direcionar melhor todo o potencial do conhecimento humano e das tecnologias avançadas para eliminar os verdadeiros inimigos da humanidade, ou seja, a miséria, a fome e o desemprego. Necessitamos de uma nova liderança preocupada em compartilhar valores e novas regras para o exercício do poder.

O nosso maior desafio não será a evolução da tecnologia, mas o aprimoramento ético e filosófico para que a tecnologia continue a avançar sem ameaçar a qualidade de vida do homem e a segurança da própria humanidade como um todo.

Não se pode prosperar por muito tempo sem uma premissa básica entre os seus componentes: a con-

fiança mútua e a cooperação de todos.

O que isto tem a ver com os trabalhadores e trabalhadoras? Tudo. Estamos construindo uma nova história, na qual mulheres e homens terão que encontrar novos pactos de convivência, novas referências de relacionamentos públicos e privados.

Estamos buscando construir um novo modelo de sociedade. Uma sociedade cujos alicerces sejam a justiça, o humanismo, a solidariedade, a cooperação e a igualdade entre todos os seres humanos. Queremos uma sociedade onde homens e mulheres floresçam igualmente, como seres humanos participantes e criativos. Uma sociedade assim, justa, humana, igual, será fruto de um sistema de parceria, de novas relações entre todos os seres humanos e entre estes e a natureza. E esta nova sociedade só pode ser desenhada através de um enfoque global, sistêmico e holístico.

"O nosso maior desafio não será a evolução da tecnologia, mas o aprimoramento ético e filosófico para que a tecnologia continue a avançar sem ameaçar a qualidade de vida do homem e a segurança da própria humanidade como um todo"



UM GRANDE PASSO NA BUSCA DE UM SISTEMA DE SAÚDE DE QUALIDADE

Investir no setor é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população



Garantir a saúde da população é uma das principais metas das instâncias governamentais nos estados brasileiros, contudo, diante da extensão territorial brasileira, que só perde para Estados Unidos, China, Canadá e Rússia, muitos são os problemas que, infelizmente, ainda podem ser encontrados nas cidades desta imensa nação.

Educação, moradia, transporte, distribuição de renda, geração de emprego e saneamento básico são algumas das situações que continuam sendo encontradas, por mais que entidades de organização de classe como a União Geral dos Trabalhadores (UGT) intensifiquem sua luta para fortalecer o enfrentamento.

Mas nos primeiros dias de 2012, a luta que defende a melhoria na qualidade e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) ganhou fôlego novo, em 16 de janeiro, com a sansão, pela presidente Dilma Rousseff, da lei que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que obriga os estados e municípios a aplicarem, respectivamente, 12% e 15% de suas arrecadações tributárias na manutenção da saúde pública.

A lei estabelece também que, caso o Produto Interno Bruto (PIB) tenha uma variação negativa, o valor não pode ser reduzido no ano seguinte.

Mesmo sendo um avanço fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, segundo declarações feitas pelo secretário de

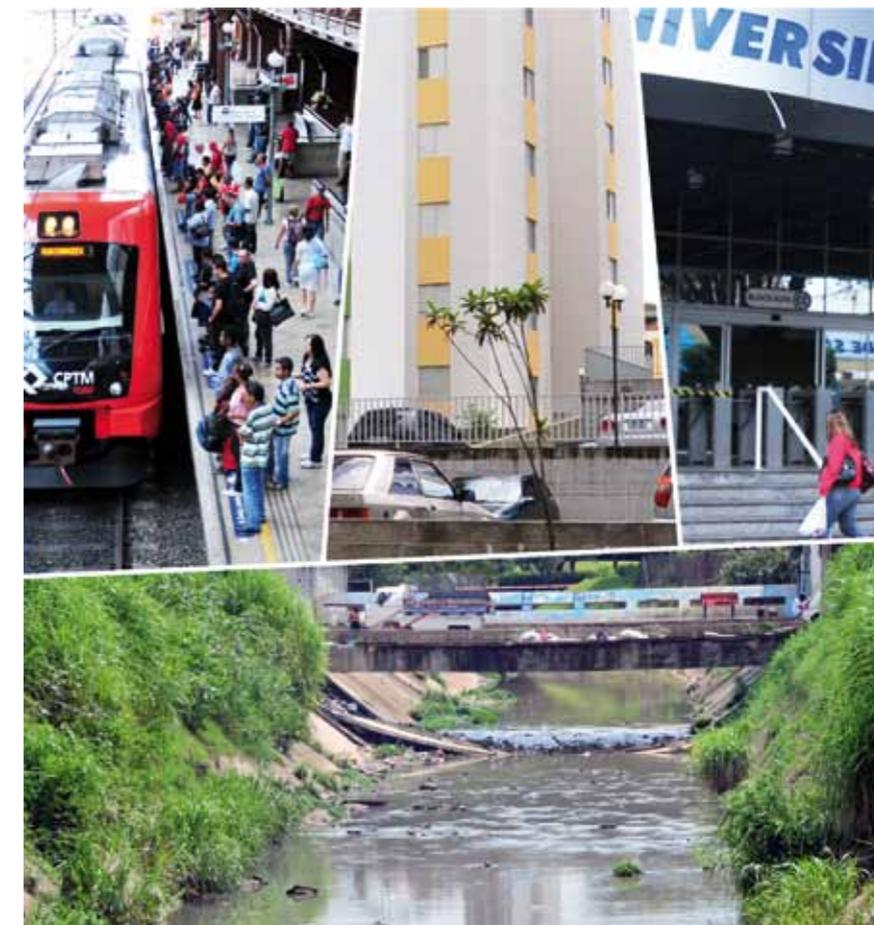
SANEAMENTO BÁSICO, EDUCAÇÃO, MORADIA, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS, SÃO ALGUMAS DAS SITUAÇÕES QUE AINDA NECESSITAM DE MAIORES CUIDADOS

Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, a aprovação da Emenda 29 não soluciona, imediatamente, os problemas do setor e que todos os anos faltam de R\$ 30 a R\$ 40 bilhões para financiamento da área.

VETOS

Nem todos os dispositivos do texto aprovado pelo Congresso Nacional foram aprovados pela presidente Dilma.

Ao todo 15 itens foram reprovados e a justificativa foi o enfrentamento à "instabilidade na gestão fiscal e orçamentária", pois os dispositivos barrados abrem brechas, por exemplo, para o retorno da Contribuição Social à Saúde (CSS) e a obtenção de crédito para alcançar a meta exigida por lei.



Não à Corrupção!



É de conhecimento público que parte dessa verba que falta para fechar os cálculos no setor, escorrem pelos ralos da corrupção.

Contudo, o bom trabalho de jornalismo investigativo realizado pela Rede Globo resultou na denúncia de diversas empresas que desviavam dinheiro público destinado à saúde da população.

Esta é uma grande vitória, pois quando a imprensa quando não coloca seus interesses acima das necessidades públicas, a população ganha um instrumento de luta por uma sociedade justa.

A partir de agora, o Ministério Público intensificará seu trabalho para solucionar e punir os casos de corrupção da pasta que, somada a aprovação da Emenda 29, terá, pelo menos na teoria, uma redução em parte dos problemas relacionados por falta de recursos.

FICHA SUJA NUNCA MAIS

Com a aprovação do projeto que aumenta os critérios para a candidatura de pessoas que pleiteiam se candidatar a cargos públicos por meio de eleições, a sociedade busca intensificar o enfrentamento ao "câncer" que a corrupção se tornou no país



à corrupção e, em conjunto com as ações realizadas pela presidente Dilma Rousseff, que vem atuando para conter os excessos e colocando para fora aqueles que estão envolvidos com irregularidades, só colabora para termos no futuro, um Brasil ficha limpa", diz Índio.

Quando assumiu a reitoria do processo, Índio da Costa encontrou o projeto Ficha Limpa com aproximadamente um milhão de assinaturas e, por conta do fortalecimento das atuações em redes sociais e nos veículos de comunicação, em menos de quatro meses esse número subiu para quatro milhões de assinaturas, o que mostrou o poder de movimentação nacional que as redes sociais exercem. "Foi muito bom ver em tão pouco tempo, mas é preciso reconhecer que as redes sociais ajudam a difundir as informações, contudo essa é uma ferramenta que complementa uma gama de instrumentos a serem utilizados", explica o empresário.

Por ser um ano eleitoral, a pauta volta a ser discutida nacionalmente e um dos objetivos do Ficha Limpa é melhorar o conceito que a população tem em relação aos políticos brasileiros, uma vez que regula uma forma de critérios para que os cidadãos possam concorrer a cargos públicos. "A partir deste ano, minimizaremos os problemas decorrentes da participação, no processo público, de pessoas condenadas ou que tenham lesado os cofres públicos, já que agora o critério para a candidatura é maior. Esta é uma forma de enfrentar a corrupção e buscar um país melhor para todos os cidadãos", conclui Índio da Costa.

popular, o Ficha Limpa cumpriu o papel de levar para o Congresso Nacional a exigência da sociedade que queria dar um basta aos constantes escândalos de corrupção que são descobertos em todos os estados da federação e em todas as estâncias do poder público. "O Ficha Limpa foi um passo no enfrentamento

O advogado e empresário carioca, Antônio Pedro de Siqueira Índio da Costa, ou apenas Índio da Costa, é uma das figuras mais importantes do atual cenário político do Brasil.

Filiado ao Partido Social Democrata (PSD), Índio da Costa exerceu o cargo de deputado federal, mas ganhou projeção nacional ao investigar os gastos do governo, na CPI dos Cartões Corporativos e, principalmente, por ter sido relator do Projeto de Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados pela justiça em decisão colegiada ou em processos ainda não concluídos. "O Ficha Limpa representa um corte ético no processo político, pois bloqueia a entrada de condenados que buscam se proteger de algum crime praticado, por conta do foro privilegiado e, por outro lado, pune quem já está exercendo mandatos e teve algum desvio de conduta", explica o ex-deputado.

Com aprovação graças ao clamor



Antônio Pedro de Siqueira Índio da Costa

Com a aprovação graças ao clamor

VIVER E TRABALHAR EM TERRAS ESTRANGEIRAS

Saindo do eixo Estados Unidos-Europa, brasileiros estão descobrindo a prosperidade da terra dos sheiks, nos Emirados Árabes Unidos

Fazer um "pé-de-meia" trabalhando fora do Brasil é um sonho de muitas pessoas, contudo, é preciso ficar atento às dificuldades e perigos de se residir num país estrangeiro, com outras leis e costumes.

Essa é a experiência que está vivendo a paulista Glaucia Alves, que há dois anos deixou o aconchego de seu lar e o seu círculo de amizades para se aventurar em terras estrangeiras. Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), foi o local escolhido. "Onde eu estou, é um local regido pelas leis islâmicas, mas como cerca de 80% das pessoas residentes no país são estrangeiras, não sou obrigada a seguir à risca os costumes, apenas na época do Ramadã, mas os árabes são, pois não fazem nenhum tipo de trabalho a não ser para o governo", explica Glaucia.

Antes de sair do Brasil, Glaucia realizou diversas pesquisas para conhecer o um pouco do local para onde pretendia se deslocar enviou currículos e foi contratada por uma rede hoteleira.

"Muita gente que pretende trabalhar em outros países acaba por não fazer nenhum tipo de pesquisa sobre o local que interessa, então eu vejo que essas pessoas são exploradas. Seus passaportes são re-

tidos, elas se submetem a trabalhos degradantes e vivem em situação desumana. E a embaixada brasileira, pelo menos em Dubai, não faz muita coisa para coibir esses casos", esclarece.

Como um dos melhores países do mundo para se trabalhar, o Brasil oferece a seus profissionais uma gama de benefícios, regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que vão desde a 13º salário, férias, folga remunerada, entre outros benefícios. Segundo Glaucia, em Dubai o trabalhador ou a trabalhadora é obrigado (a) a cumprir uma jornada diária, mínima, de nove horas, só pode folgar uma vez por semana e recebe apenas férias. "Eu já vi amigos trabalharem 24 horas sem parar e eles nem hora extra pagam. Se o profissional não estiver contente pode pegar suas coisas e ir embora, segundo a política deles, mas é preciso pagar os custos de sua estadia e a passagem para retornar, por isso muita gente acaba ficando. Lá existem leis trabalhistas, mas que beneficiam apenas os empregadores", denuncia.

Viver fora de seu país de origem para trabalhar ou estudar tem, como em todas as situações, seus lados bons e ruins. Se por uma ótica a pessoa adquirir uma importante



bagagem cultural, conhece pessoas e lugares, existe a visão daqueles que pensam em se aproveitar de determinadas situações, como o desconhecimento em relação a costumes, para aumentar os lucros de seus estabelecimentos à custa do trabalho, mal remunerado, exercido por estrangeiros.

Para a jovem, que até montou um blog (endereço no fim da matéria), visando contar como é sua experiência na terra dos sheiks árabes, trabalhar em outro país está sendo muito bom, pois as portas que se abrem em Dubai são muitas, até mesmo porque a região está em franco desenvolvimento turístico e é conhecida como uma cidade moderna e futurista.

<http://glaucaemdubai.blogspot.com/>



CANSADA DE VER TANTA GENTE PERDENDO A CABEÇA, UGT lança campanha contra os altos juros dos cartões

Muitos trabalhadores já perderam a cabeça vítimas pelas faturas dos cartões de crédito. O que deveria ser um aliado ao consumidor na hora da compra, acaba virando um tormento, tamanhas as taxas abusivas cobradas pelas operadoras de cartão. Com juros no crédito rotativo que ultrapassam até 600% ao ano, os cartões acabam devastando o salário da classe média brasileira, que na maior parte recorre ao cartão. São milhares de trabalhadores inadimplentes. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), em defesa da ética e qualidade de vida, quer dar um basta nesta situação. Por essa razão, lançou em maio deste ano uma Campanha Nacional contra os altos juros dos cartões, pelo consumo consciente e pela adesão do governo federal. Do jeito que está não dá!

O ato que reuniu cerca de 500 pessoas na avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, uma das mais nobres da capital, onde se localizam grandes operadoras de cartões de crédito, foi o início da Campanha que estamos desencadeando em todo o País. Ali, uma guilhotina simbolizando o que o cartão faz na pele da trabalhadora e do trabalhador do Brasil marcou a Campanha "Muita gente perden-

Central sindical quer mobilizar o governo e tornar o trabalhador, um consumidor consciente

do a cabeça". Do palco da nobreza, a guilhotina passou para o Viaduto do Chá, no centro de SP, onde passam milhares de trabalhadores e no mesmo local a central começou a circular um abaixo-assinado para coleta de assinaturas que chegará ao Congresso Nacional.

O País vive um crescimento econômico e nada justifica tamanha disparidade. Como a meta do governo Dilma de acabar com a miséria, a UGT atenta pela urgência de uma reforma tributária. "Não dá para compreender, se a taxa Selic é um indicativo tanto dos juros cobrados pelos bancos quanto dos juros cobrados pelos cartões, se está baixando e abaixando bem, mês que vem com certeza vai chegar a 8,5%, um valor a ser comemorado! E por que vai abaixando a Selic e as taxas dos cartões vão subindo? Isso é incompreensível", pronuncia-se Ricardo Patah, presidente da UGT.

Dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças apon-

tam que as empresas de cartões de crédito adotam taxas médias mensais no crédito rotativo de 10,69%, o que equivale a 238,3% ao ano, chegando em alguns casos a números estratosféricos de mais de 600% ao ano. Isso é classificado, pelo presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, como um verdadeiro assalto dos cartões de crédito. E a central faz um apelo ao Conselho Monetário Nacional (CMN), para que se dê uma diretriz para a política monetária.

A UGT vê como saudável a concorrência bancária na oferta de menores juros e entende que essa medida deve se estender também aos juros cobrados pelos cartões de crédito, que vêm devastando o salário dos trabalhadores.

O trabalhador também tem que se conscientizar que por trás do cartão de uma loja, está uma instituição financeira. "Essa Campanha está sendo nacionalizada. O trabalhador sofre na pele em qualquer região do País. Não tem ninguém da classe média que não tenha um dia entrando em situação difícil para saldar suas dívidas por conta de um cartão de crédito. Os juros exorbitantes fazem com que as pessoas possam até morrer nas mãos de um agiota, que cobra 10% ao mês na Praça da Sé (SP), e agiotagem é contraven-

ção. O cara é preso! Mas a rede bancária e as operadoras de cartão chegam a cobrar 15% ao mês”, denuncia Canindé Pegado, secretário geral da UGT.

É na base da pirâmide do consumo, onde estão os trabalhadores(as), obrigados(as) a viver das rendas duramente batalhadas, que está a resposta para a situação: a inadimplência pura e simples.

“Todos os cartões de crédito hoje estão vinculados a um banco, então eles já têm uma fonte de recursos para poder financiar o cliente e mesmo assim continuaram cobrando juros mais caros. Isso inviabiliza o consumidor, é uma guerra”, anali-



“É um verdadeiro absurdo os juros cobrados nos cartões de crédito. Mas isso tem que ser um acordo. O Brasil, dirigido pela grande presidenta Dilma, que tem uma das missões mais importantes do nosso País: acabar com a miséria! E é dessa forma que vamos construir. O movimento sindical estará enfileirado nesse sentido, de acabar com a miséria, de incluir o trabalho decente. Nesse mesmo caminho, temos que ter uma reforma tributária. É importantíssimo que haja a diminuição dos tributos, mas com a participação dos trabalhadores, para formalizar e acabar com a precariedade e dessa forma termos produtos competitivos e com valores acessíveis.”

Ricardo Patah,
Presidente Nacional da UGT

sa Roberto Nolasco, assessor da Secretaria de Finanças da UGT. Para ele, a primeira tentativa é renegociar e a sociedade organizada lutar por um novo projeto de lei, que acabe com a liberdade dos cartões.

José Ibrahim, secretário nacional de Formação Política da UGT, lembra este aspecto através da Lei do Baracão, do passado brasileiro. “As pessoas que trabalhavam nas fazendas, nos canaviais, compravam no armazém que era da própria empresa, ficavam devendo à empresa e quando saíam, ainda ficavam com dívida. Então isso daí é uma versão moderna, porque todo mundo fica pendurado no cartão de crédito. É uma facilidade que acaba sendo cruel pra quem trabalha, para quem vive do salário. Os cartões de crédito cobram juros exorbitantes, ganham muito dinheiro nas costas de quem? Do povo trabalhador”, enfatiza. Os tempos são outros e a UGT quer que a guilhotina seja coisa literalmente do passado.

DO JEITO QUE ESTÁ NÃO DÁ PRA FICAR! E NASCE UMA CAMPANHA...

Desde o início do ano a UGT vem falando dos juros exorbitantes cobrados pelas operadoras. “Estamos falando há mais de 60, 90, 120 dias e agora o próprio governo federal está encampando, trabalhando em cima dos bancos. E a importância disso é o resultado que vamos trazer para o trabalhador”, lembra Avelino Garcia Filho, 2º secretário adjunto da secretaria geral da UGT.

“Ao elaborar nossa Campanha, a área de criação se posicionou como

se porta um cliente do cartão de crédito. Por essa razão, utilizamos as frases que normalmente as pessoas usam quando estão dependendo financeiramente do cartão de crédito e estão em dificuldades por causa dele”, explica Marcos Gimenez, secretário da pasta.

A partir de frases como: “Pendurado no cartão”, “Atolado no cartão”, “Enforcado no cartão” e “Tô perdendo a cabeça por causa do cartão”, foram criadas peças que representam o que vai pelo imaginário das pessoas. “Faz parte da identidade cultural, principalmente do brasileiro, por meio da sua língua. Da ideia e de um conceito, associamos o que já se conhece, com um conceito novo, uma frase nova, e veio o slogan que criamos”, exemplifica Gimenez. E a guilhotina veio como carro-chefe. “Esse é um exemplo maiúsculo de atuação de uma autêntica

central de trabalhadores. Estamos atuando de forma efetiva em prol da causa, da redução da taxa de juros, que beneficia toda a população brasileira”, comemora Marcos Afonso Oliveira, secretário de Imprensa da UGT.

O povo brasileiro tem o direito de se expressar. “A UGT vai se colocar à disposição. Procure a UGT, nós vamos ver, nos casos mais graves, que forma nós podemos dar um auxílio, até jurídico se for o caso. Mas o mais importante é utilizar o cartão a favor do trabalhador e da trabalhadora. Compre o que se pode pagar. É uma segurança até para não ter que sair com dinheiro, mas não compre mais do que o salário permite”, aconselha Ricardo Patah.

Paulo Mori, vice-presidente do Sindinstal (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas que executam Serviços de Instalação e Manuten-

ção de Redes Externas e Internas, Vendas de TV por assinaturas a cabo, MMDS e DTH), dá exemplo disso: “Muitos trabalhadores da nossa base passam no setor jurídico com dificuldades nos cartões de crédito. Porque eles cobram juros sobre juros e vira uma bola de neve. O que queremos, não é que eles deixem de comprar, mas não abusivamente como tem sido feito”.

Contra a falta de informação, a central está divulgando uma pesquisa feita com toda a rede bancária e todas as operadoras de cartão de crédito, voltada a um trabalho de opinião pública. “A UGT vai divulgar um a um, como estão essas taxas de juros dos cartões, para que o povo tenha pelo menos a oportunidade de escolher. Porque ele pode sair de uma taxa de 9% de instituição bancária e ir para uma de 20% sem estar sabendo”, finaliza Pegado.



“Eu tinha conta há 22 anos no mesmo banco, mas só tinha talão de cheque. Há um ano eu resolvi pedir um cartão. Um financiamento a prazo, tinha que pedir cheque antes, não dava tempo. Mas agora eu pedi. Tem época que vai apertando e o cartão facilita. Me deram o cartão para fazer a compra, mas eu não sabia que era tão abusivo assim. Mas eu tomo cuidado, chega numa certa hora que eu paro.”

Adolfina Perez Ribeiro
aposentada, sócia do Sindicato dos Comerciantes há 40 anos

“A gente está numa realidade que é um contraste: o País está se desenvolvendo satisfatoriamente, não justifica uma taxa abusiva dos cartões. Nada mais justo que diminuir essas taxas. É um absurdo você ver entidades de bancos cobrar 400, 500, 600% de juros ao ano, quando que o trabalhador, que recebe um terço de aumento, não chega nem perto desse valor.”

Márcia Carneiro
assessoria de passe no Sindicato dos Comerciantes

“A manifestação é válida para que as pessoas atentem e possam fazer compras, mas que não paguem tantos juros assim”.

Denis Diniz
Sindicato de Educação Física

UGT-PARANÁ: 2º CONGRESSO EM CLIMA DE UNIÃO

Depois de promover três plenárias regionais (Litoral, Norte e Oeste) a União Geral dos Trabalhadores Estadual do Paraná (UGT-PR) promoveu seu 2º congresso estadual nos dias 2 e 3 de março em Curitiba, tendo como temas a “Copa do Mundo de 2014” e as “Olimpíadas de 2016”, com ênfase na qualificação profissional e no empreendedorismo, reunindo 513 delegados e delegadas sindicais, representando 189 entidades filiadas à UGT no estado, em clima de muita união.

A abertura contou com a presença de diversas lideranças sindicais nacionais, dentre as quais o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah; do vice-presidente Enilson Simões de Moura, o “Alemão”; do secretário-geral, Canindé Pegado; do secretário de Relações Institucionais, Miguel Salaberry; do secretário nacional de Fomento Institucional, Gilmar Pedruzzi; do secretário de organização, Chiquinho Pereira; dos presidentes da UGT-RS, Paulo Barck e da UGT-SC, Waldemar Schultz, o “Mazinho”, e da UGT-RJ, Nilson Duarte que foi um dos palestrantes sobre o tema da Copa do Mundo de 2014.

O presidente nacional da UGT, companheiro Ricardo Patah, elogiou o trabalho realizado pela central no estado, afirmando que a participação efetiva dos comerciários e bancários na chapa eleita mostra que a UGT-PR é uma das regionais mais politizadas e que ele não tem dúvidas do crescimento maior ainda da estadual.

“Esse momento é histórico para nós da UGT, pois aqui no Paraná temos grandes lideranças sindicais aptas a exercer funções que façam a nossa central crescer ainda mais”, disse Patah.

Dentre as autoridades políticas, a presença do deputado federal Eduardo Sciarra (PSD-PR); do prefeito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues (PSD); do vereador e 1º Secretário da Câmara Municipal de Curitiba, Celso Torquato (PSD); do Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República, José Lopez Feijó que re-



presentou o Ministro Gilberto Carvalho; do diretor da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), Biratã Giacomoni que representou o presidente da FIEP, Edson Campagnolo; do secretário municipal do trabalho e emprego de Curitiba, Paulo Bracarense, que representou o prefeito de Curitiba Luciano Ducci; do Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná, Dr. Ricardo Bruel da Silveira; do Chefe da FUNDACENTRO no Paraná, Adir de Souza.

Mário Celso Cunha, Secretário do Estado do Paraná para Assuntos da Copa do Mundo 2014, fez excelente explanação sobre os preparativos e as obras em andamento em todo o estado do Paraná relativas a Copa 2014. “Gostaríamos de parabenizar a UGT-PR e ao presidente Paulo Rossi, que tive o prazer em trabalhar com ele quando esteve na superintendência da secretaria municipal do trabalho e emprego. Esse debate, para nós do governo do estado do Paraná, é de fundamental importância, pois estamos qualificando milhares de trabalhadores visando a preparação para esse evento que trará mais avanços econômicos e sociais para o nosso estado. Quero convidar a UGT para

ser a nossa parceira na qualificação desses trabalhadores”, concluiu o secretário.

Outras palestras que tiveram participação efetiva do plenário, foram: “Congresso Nacional e o Movimento Sindical” que teve como palestrante o assessor do DIAP, André Luis dos Santos e sobre o “Empreendedorismo e as oportunidades de geração de emprego e renda na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016”, cujo palestrante foi o Secretário Nacional de Empreendedorismo da UGT e presidente licenciado do SINDIMEI – Sindicato dos Empreendedores Individuais do Estado de São Paulo, José Artur Aguiar.

Tendo como tema “O Trabalho Decente nas obras da Copa do Mundo de 2014”, o presidente da UGT do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Duarte, mostrou como estão os preparativos do estádio do Maracanã e como foi a greve liderada pela UGT-RJ, nas obras da Copa que resultaram em melhores condições de segurança e melhores salários para centenas de trabalhadores envolvidos nas obras.

Outro debatedor foi o chefe da FUNDACENTRO, no Paraná, Adir de Souza, que explanou sobre os trabalhos realizados pela Fundação no Pa-



raná e das parcerias que as entidades sindicais podem firmar, bem como da aplicação das normas coletivas.

No decorrer dos trabalhos, foram recebidos o deputado federal Ratinho Júnior (PSC-PR) e o deputado estadual Ney Leprevost (PSD).

Reeleito

O presidente Paulo Rossi foi reeleito para mais um mandato à frente da UGT-PR, tendo como 1º vice-presidente Leocides Fornazza, presidente do Sindicato dos Comerciários de Maringá; 2º vice-presidente Marcelo Urbaneja, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Londrina; 3º vice-presidente Edionir

Piaia, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares de Cascavel; 4º vice-presidente Joel Martins Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas da Região Sul do Paraná, e a bancária Iara Freire sendo eleita para ocupar a Secretaria-Geral da entidade.

Além dos mais de 100 dirigentes eleitos para a direção estadual, fazem parte do órgão colegiado da UGT-PR e compõem a chapa “União em Prol da Classe Trabalhadora” na condição de vices-presidentes, os dirigentes das seguintes federações filiadas à UGT: Gladir Basso – Federação dos

Bancários; Vicente Silva – Federação dos Comerciários; Clair Spanhol – Federação dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas; Mário Cordeiro – Federação dos Trabalhadores na Saúde e Luiz Carlos de Oliveira – Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

“Quero mais uma vez agradecer o apoio e a confiança de todos que acreditaram e acreditam no nosso projeto. Tenho a convicção de que a UGT, no Paraná, vai crescer mais ainda em qualidade com a ajuda e dedicação desses companheiros e companheiras que se juntaram a nós para fazermos da UGT um exemplo a ser seguido pelas demais entidades. Não posso deixar de ressaltar o desprendimento dos companheiros Marcelo Urbaneja e Edionir Piaia e da companheira Regina Freitas, pois sem o apoio deles, essa União não teria acontecido. Meu muito obrigado aos membros da comissão organizadora do nosso 2º Congresso e as regionais Oeste, Norte e Litoral da UGT-Paraná, pois sem o apoio deles não teríamos realizado um dos melhores e mais representativo congresso já realizado por uma central sindical em nosso estado”, disse emocionado o presidente reeleito Paulo Rossi.

UGT-RIO DE JANEIRO: REAFIRMAÇÃO DE VALORES COMO UNIDADE SINDICAL E PLURALIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA



Unidade. Esta é a palavra que melhor define o resultado do II Congresso da União Geral dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro (UGT-RJ) que, no dia 25 de janeiro de 2012, reelegeu o presidente Nilson Duarte Costa para conduzir a central pelos próximos quatro anos. O encontro reuniu cerca de 350 ugetistas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Tocantins e Santa Catarina que foram unânimes, ainda, ao eleger o conselho fiscal e aprovar as modificações estatutárias.

“O congresso nos revelou que o trabalho realizado nos últimos quatro anos obteve sucesso, foi de unidade e de realizações”, declarou o presidente



reeleito com previsões de um futuro melhor para os trabalhadores: "Vamos precisar de muito mais unidade. Esses quatro anos foram de organização, agora vamos partir para as ações que nortearão a central para a conquista de um futuro melhor para todos".

Nilson Duarte ressaltou a marcante presença e o apoio da UGT Nacional, representada pelo presidente Ricardo Patah, pelo secretário de Organização Política, Chiquinho Pereira; pelo secretário de Finanças, José Moacir Pereira; pelo secretário de Imprensa, Marcos Afonso e pelo secretário de Políticas Públicas, Valdir Vicente.

Ao comentar a elevação dos indicadores de participação sindical do Brasil, Ricardo Patah lamentou as constantes críticas da imprensa quanto ao imposto sindical e afirmou: "Sabemos que não temos condições de

termos sindicatos fortes sem recursos para mobilizar, sindicalizar, irmos às lojas, empresas, fábricas para impedir a violação dos direitos dos trabalhadores".

Sobre a importância da UGT-RJ no processo de crescimento da central, Patah afirmou: "O Rio de Janeiro contribuiu demais com a UGT Nacional, com suas ações e mobilizações, como no caso da greve do Maracanã, e nos deu de presente a ampliação do número de sindicatos (hoje, 1.043) que querem a cidadania e o respeito. A partir deste congresso, a estadual carioca vai sinalizar os caminhos de 2012".

ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

A questão da acessibilidade da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, foi o principal tema do II Congresso da UGT-RJ, que também

discutiu temas como a Orientação Normativa Nº 1 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que trata do ajuste contábil sobre as receitas e despesas provenientes da contribuição sindical. Em sua exposição, o advogado Silvio Lessa fez um alerta aos sindicalistas: "Se o movimento sindical não reagir, vai perder o que conquistou na Constituição de 1988".

A importância da formação político-sindical foi outra temática apresentada.

HOMENAGENS PRESTADAS

O II Congresso da UGT do Rio de Janeiro foi marcado não apenas por discursos elogiosos e de apoio à gestão Nilson Duarte Costa, mas também pela reafirmação de valores como a unidade sindical e a pluralidade político-partidária, das palavras de ordem da central (cidadã, ética e inovadora) e de bandeiras como o fim do fator previdenciário, além da redução da jornada de trabalho e a defesa dos royalties do petróleo, dentre outros.

Durante o encontro, foram prestadas homenagens ao ex-presidente Montanha, para o qual o presidente da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Rio de Janeiro (Fetherj), Manoel Martins Meireles, pediu um minuto de silêncio. Decano no movimento sindical, o presidente do Club Municipal, Octávio Luis Alves, 92 anos, também foi homenageado com uma salva de palmas puxadas pelo secretário de Comunicação da UGT Nacional, Marcos Afonso.

Jovens e mulheres também foram referendados pela recentemente eleita 3ª vice-presidente da UGT-RJ, Mônica Mata Roma: "Que nos próximos quatro anos, a UGT traga mais jovens para a renovação de quadros. Precisamos, ainda, que as mulheres se empoderem do movimento sindical para que elas possam falar e serem ouvidas, não como um segmento diferenciado, mas um segmento que faz parte. Nosso papel é fundamental e temos que estar presentes não como 30%, mas 100%, ainda que representadas por apenas uma mulher. Que a UGT tenha jovens, mulheres, negros, deficientes, porque esta é a filosofia da UGT: a diversidade", ressaltou.



MULHERES QUEREM MAIS ESPAÇO NA POLÍTICA

Nós mulheres temos plena certeza de que somos fundamentais no crescimento econômico do nosso País. Afinal, somos maioria no mercado de trabalho, administramos uma remuneração que no Brasil atinge de 35% a 40% menos do que os homens em função idêntica, apenas pelo fato de ser mulher.

Temos inúmeras dificuldades para acessar cargos de poder de decisão dentro dos espaços e setores, temos maior escolaridade e frequentamos inúmeros cursos de capacitação e formação para chegar ao mercado de trabalho. Chegamos a 40% das mulheres economicamente ativas no Brasil como chefes de família; se não fosse só isso, ainda enfrentamos a responsabilidade e todos os reflexos da maternidade, assim como assumimos compromissos com a família, o idoso, com a casa, com as instituições filantrópicas, com os animais, as plantas etc.

Somos minoria no poder público e só estamos no movimento sindical e nos partidos políticos por força das cotas, porém, sem destaque nenhum nos cargos que demandam poder e decisão. Assistimos de forma altamente positiva a chegada da primeira mulher ao cargo de Presidenta do País e reavencemos todos os nossos sonhos e esperanças com a certeza de que "podemos".

Diante desse quadro, nós da União Geral dos Trabalhadores (UGT), através da Secretaria da Mulher, estamos mais uma vez enfocando as nossas bandeiras de



Cássia Bufelli, secretária da Mulher da UGT

luta através do tema "Mulheres Unidas pela Promoção da Igualdade em todos os espaços". Com o "empoderamento* das mulheres" como sinônimo de participação política em todos os espaços de poder, elegendo como princípio norteador da luta para o ano de 2012, a "autonomia" social, política e econômica das mulheres, numa referência aos 80 anos do voto feminino, um marco na luta pela igualdade de direitos, de modo a torná-las donas do seu próprio destino, interlocutoras de si mesmas e capazes de intervir no mundo.

"Somos minoria no poder público e só estamos no movimento sindical e nos partidos políticos por força das cotas, porém, sem destaque nenhum nos cargos que demandam poder e decisão"

No tocante ao mundo do trabalho, fazemos referência à autonomia econômica e nos propomos a trabalhar arduamente para exigir a aprovação do Projeto de Lei que garanta igualdade salarial e de oportunidade para as mulheres, como o PL 6653/99 e o PS 136/11 que propõe mudança e ainda cria mecanismo de punição a toda e qualquer forma de discriminação contra as mulheres no mundo do trabalho.

Também continuamos no enfoque da ratificação da convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre as responsabilidades familiares compartilhadas entre homens e mulheres, como ponto estratégico para nossa emancipação. Fazer da tarefa do "cuidar", um trabalho a ser partilhado na construção de uma sociedade justa, passando para o debate do trabalho produtivo e reprodutivo essencial que venha para pauta, para nós, mulheres.

A ratificação da convenção 189 sobre a regulamentação do(a) trabalhador(a) doméstica é mais uma bandeira a ser trabalhada incansavelmente pela UGT, uma vez que entendemos a regulamentação dessa categoria como necessária e decisiva para o fim da escravidão moderna.

Todos os eixos norteadores da nossa luta nos leva a acreditar na construção de uma sociedade de fato justa e igualitária.

*empoderamento: significa a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais



Sindicalismo cidadão: UGT DEFENDE MAIOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em 2010, após as eleições de outubro, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) constatou um aumento da bancada trabalhista no Congresso Nacional. Segundo esse levantamento, a representação de trabalhadores no Congresso conta com de 91 congressistas - 83 deputados e oito senadores.

Apesar do aumento, o número de congressistas ligados à classe trabalhadora é infinitamente inferior à bancada dos empresários, que só na Câmara Federal, conta com 169 deputados. Esta disparidade na representação contribui para dificultar a aprovação de projetos de interesse dos trabalhadores como a redução da jornada de trabalho pa-

Além dos empregos, salários e condições de trabalho, é dever dos sindicatos encampar as lutas por educação, habitação, saúde, segurança, saneamento básico, transporte público, acessibilidade e todos os demais direitos da cidadania

ra 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, entre outros.

Diante desse quadro, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) defende ações que estimulem uma maior participação política dos trabalhadores, já a partir das eleições municipais de 2012. Neste sentido, a central realiza um levantamento para apurar quantas, quais e em que grau as entidades sindicais filiadas terão suas diretorias engajadas na eleição de prefeitos e vereadores em 2012. Com estas informações, a central poderá melhor pla-

nejar e executar tarefas de suporte e apoio que, dentro dos limites da Lei, qualifiquem os ugetistas para eleger seus candidatos e deles obter o desempenho de mandatos realmente comprometidos com as causas dos trabalhadores.

“2012 é ano de eleições municipais. Momento do movimento sindical fortalecer a inserção cidadã da classe trabalhadora nas prefeituras e câmaras de vereadores. A UGT estimula todos os seus filiados a participarem do processo político-par-

tidário e eleitoral em suas cidades, pois entendemos que nenhuma representação sindical será completa se deixar de lado a defesa dos interesses e reivindicações dos trabalhadores e de suas famílias junto ao Executivo e ao Legislativo de cada município”, destacou o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah.

O presidente da UGT assinalou ainda, “que não existe cidadania e democracias plenas sem sindicatos fortes e partidos políticos atuantes. Além dos empregos, salários e condições de trabalho, é dever dos sindicatos encampar as lutas por educação, habitação, saúde, segurança, saneamento básico, transporte público, acessibilidade e todos os demais direitos da cidadania. E isso só é possível por via da ocupação dos espaços de poder que, no regime democrático são disputados a cada eleição.”

“O sindicalismo ético, cidadão e inovador que a UGT propõe e pratica, se completa com a qualificação e participação cada vez maior dos sindicalistas ugetistas em busca de justiça social, no fortalecimento das instituições democráticas e na gestão das coisas públicas”, finalizou Ricardo Patah.

QUADRO COM REPRESENTANTES DA UGT NOS PARLAMENTOS (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais)



Ademir Camilo
(deputado federal/MG-PSD)



Roberto de Lucena
(deputado federal/SP-PV)



João Eduardo Dado Leite
(deputado federal/SP-PDT)



Roberto Santiago
(deputado federal/SP-PSD)



Davi Zaia
(deputado estadual/SP-PPS)



Edson Cunha de Araújo
(deputado estadual/MA-PSL)



Severino Ramos
(deputado estadual/PE-PMN)



Silvana Mesquita
(vereadora Guarulhos/SP-PMDB)



Classe trabalhadora e entidades patronais promovem grande ato em defesa da GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), as demais centrais sindicais e entidades patronais reuniram cerca de 90 mil pessoas, na manhã do dia 04 de abril, para uma mobilização histórica em busca de medidas mais arrojadas de enfrentamento ao processo de desindustrialização que, ao longo dos anos, vem avançando no Brasil.

O evento, que aconteceu no estacionamento da Assembleia Legislativa de São Paulo, mobilizou trabalhadores e trabalhadoras de diversos ramos de atividade que, juntamente com parlamentares, dirigentes sindicais e representantes

90 mil pessoas se reúnem na Assembleia Legislativa para pedir mais ações para enfrentar a desvalorização da produção nacional

do patronato nacional cobraram do governo federal atitudes mais enérgicas para ampliar a competitividade dos produtos produzidos no país frente aos importados. “Gás, energia elétrica e transporte são ex-

tremamente caras e, somados aos juros praticados pelas instituições bancárias, o custo para essa produção se reflete no produto final, o que torna a mercadoria brasileira sem condições de competir com as importadas”, explica Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

Com a finalidade de alertar a população sobre a importância de mudanças urgentes nas políticas macroeconômicas do país, o Grito de Alerta marcou a volta de uma união que não se via desde a época das Diretas Já, em 1984, em que a classe trabalhadora, empresarial e parlamentares deram as mãos para exigir democracia no país. “Este é



um ato emblemático, pois representa a união entre trabalhadores, patrões, movimentos sociais, políticos e sindicais em prol do emprego, da capacitação profissional e melhoria na distribuição de renda”, enfatiza Patah.

A LUTA

Há anos a sociedade brasileira vem alertando as esferas governamentais sobre o excessivo número de impostos cobrados no país e o valor extremamente alto dos juros que são praticados, tudo isso tem um “efeito dominó” na economia do país. O empresário não consegue ampliar seu investimento, o que resulta na estagnação da geração de emprego e renda. Por outro lado, a classe trabalhadora fica sem oportunidade e passa a trabalhar na informalidade e a consumir menos produtos nacionais, por conta dos preços elevados quando comparados aos importados.

Este processo tem como consequência da sua gradativa permanência, o enfraquecimento da in-

dústria nacional e o fechamento de postos de trabalho. “Uma nação sem indústria forte é pequena”, destaca Wagner Gomes, presidente da CTB. “Se não tivermos emprego, não teremos indústria e a economia para”, conclui.

O presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, enfatizou que o processo de desindustrialização vivido no Brasil é uma consequência direta das constantes políticas de estado mínimo do neoliberalismo, e que incentivou as importações. Desta forma, o país sofre mais com os efeitos da crise mundial. “É preciso garantir o emprego dos brasileiros e aquecer a economia nacional, pois os países “ricos” querem novamente derramar sobre nós os efeitos da crise financeira que eles mesmos criaram”, diz o sindicalista.

A INDÚSTRIA

“Não podemos ser um país onde a indústria representa apenas 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Fortalecer este setor é lutar por um futuro melhor para as pró-

ximas gerações”, afirmou o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Liescu.

Num período de 20 anos, a indústria nacional vem perdendo representatividade e força. Em 1985, a indústria de transformação representou 27% do PIB nacional, em 2011 chegou a 16% e mantida a atual situação, ao fim de 2012 alcançará menos de 15%.

Como principais vilões dessa situação estão os juros altos, câmbio valorizado, guerra fiscal favorecendo as importações, entre outros fatores. “É preciso mudar essas políticas adotadas há anos no país para, efetivamente, combater esses cânceres que estão acabando com o Brasil”, completa Luiz Alberto, presidente Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

ENFRENTAMENTO

Um dia antes da manifestação, na terça-feira (03), a presidente Dilma Rousseff se reuniu com os presidentes de todas as centrais sindi-

cais do país e anunciou um pacote de medidas de estímulo à indústria nacional.

Para o presidente Patah, as medidas são importantes e necessárias, contudo, é preciso com urgência aprofundar esse pacote com o objetivo de atingir, também, outros ramos de atividade. "Nós, trabalhadores da UGT, queremos logicamente valorizar a indústria, mas queremos também que a indústria valorize o trabalhador e a trabalhadora, assim como promova um crescimento na geração de empregos", conclui.

Segundo Paulo Skaf, presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e (Ciesp), as medidas adotadas pelo governo federal já sinaliza o início de uma longa batalha, mas é preciso avançar com rapidez, principalmente porque o pacote não está focado na causa do problema. "As medidas lutam contra os efeitos da desindustrialização, mas é preciso enfrentar a causa".

FORTALECER A INDÚSTRIA É DIFERENTE DE PROTECIONISMO

Muito longe de lutar contra a importação de produtos, o movimento Grito de Alerta busca medidas que aumentem a competitividade da produção nacional, uma vez que existem incentivos que são dados e que fazem com que as importações tenham um preço menor do que os artigos produzidos no Brasil.

"Estamos lutando por uma concorrência mais leal. Aumentando a competitividade dos produtos nacionais frente aos importados, aumentaremos a geração de empregos, melhoraremos a distribuição de renda e aqueceremos a economia do país", finaliza Patah.

BANDEIRAS DE LUTA DO MOVIMENTO

1

MEDIDAS MACROECONÔMICAS

- Redução da taxa básica de juros;
- Redução do spread bancário;
- Adotar medidas urgentes para atenuar a sobrevalorização cambial.

INVESTIMENTO PRODUTIVO COMO PROMOTOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

- Desoneração integral do investimento produtivo de todos os tributos federais e estaduais;
- Conteúdo local mínimo efetivo em todas as compras governamentais e privadas quando beneficiadas por financiamento público e/ou incentivos fiscais e em setores estratégicos;
- Disponibilização de linhas de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos concorrentes internacionais;
- Perenização do PSI;
- Incentivar linhas de financiamento de longo prazo pelo setor bancário público e privado.

2

- Utilização do compulsório não remunerado como instrumento de incentivo ao desenvolvimento de linhas privadas de financiamento de longo prazo;
- Utilização das compras governamentais, inclusive da Petrobras, como indutoras da produção nacional, da agregação de valor e da geração de emprego e renda, com aplicação de margens de preferência para todos os setores industriais em percentuais que efetivamente incentivem a produção nacional;
- Inovação tecnológica: extensão dos incentivos fiscais a todas as empresas, independente do regime de tributação (simples, lucro presumido e lucro real) da indústria de transformação, e oferta de financiamento com volume adequado e custos isonômicos aos que dispõem os concorrentes internacionais.

DEFESA COMERCIAL - INVERSÃO DO ATUAL QUADRO DE INVASÃO DAS IMPORTAÇÕES NO MERCADO BRASILEIRO

- Fortalecimento das estruturas do MDIC relacionados à defesa comercial (DECOM, DECEX e DEINT), assegurando os recursos humanos e materiais necessários;
- Disponibilizar as informações das operações de importação e exportação, como forma da sociedade fiscalizar operações de comércio exterior;
- Incrementar o uso de instrumentos de defesa comercial, incluindo medidas compensatórias, licenças não automáticas, valoração aduaneira, salvaguardas e antidumping;
- China: manter o tratamento como economia que não opera em condições predominantes de mercado e definir medidas de defesa comercial específicas.
- Implementar a abertura e a aplicação de medidas de defesa comercial com fundamento em ameaça de dano;
- Aprofundar a regulamentação técnica, sanitária e fitossanitária, bem como assegurar a fiscalização de seu cumprimento por parte das importações.

3

FIM DOS INCENTIVOS FISCAIS ÀS IMPORTAÇÕES

- Guerra dos portos: Aprovação da resolução 72 do Senado Federal, com definição na própria resolução do conceito de industrialização conforme art.4º, inciso I, do RIPI, e alíquota residual de 4% na origem;
- Regimes tributários especiais: Fim dos incentivos concedidos às importações.

4

CRESCIMENTO INDUSTRIAL COMO PRIORIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA - METAS E CONTRAPARTIDAS

- Criação de metas anuais de aumento do nível de emprego na indústria de transformação;
- Definição de metas anuais de crescimento da produção física e da taxa de investimento da indústria de transformação;
- Incorporação dessas metas como objetivo prioritário da política econômica.

5

MUDANÇAS QUE NÃO PODEM ESPERAR NO MEIO MUSICAL AUTORAL

Há um debate polêmico em torno dos direitos autorais. Criador e investidor traçam um duelo pela arrecadação e distribuição dos direitos pela obra do artista, assim como é notória a burocracia para emissão de notas, ficando a classe musical sem recursos à previdência. Devido às problemáticas verificadas, sugerem-se algumas alterações, a fim de que os direitos dos músicos sejam preservados.

Em princípio, a sugestão é da adoção da Nota Contratual virtual ou on line, que pode ser criada pelo setor competente do Ministério do Trabalho, com envio automático ao Sindicato dos Músicos Profissionais (Simpratec), INSS, Receita Federal, Ministério da Previdência Social e ao próprio Ministério do Trabalho, através de uma Portaria conjunta.

Essa forma, além de dinamizar o procedimento, dando ciência imediata aos Órgãos e Instituições de direito, facilita a precária e quase inexistente fiscalização, também eliminando a demasiada burocracia do sistema atual, que obriga a emissão de 5 (cinco) vias e várias diligências, gerando um meio mais fácil, rápido e eficiente da emissão de Notas Contratuais.

Outra vantagem da emissão de notas contratuais por meio da internet é a possibilidade da obtenção de dados estatísticos, para que as Instituições possam avaliar e conhecer melhor os problemas sociais e trabalhistas da classe e conhecê-la em números.

Em razão de este Sindicato ser também representante dos titulares de direitos autorais, sugere-se uma inovação na Nota Contratual, para que passe a constar um campo específico para o registro de 20



Mário Henrique de Oliveira, presidente do Simpratec-Brasil

(vinte) músicas e seus respectivos compositores, do repertório que for executado.

Tal inovação é de suma importância para sanar também a ineficiência da fiscalização e do repasse dos direitos autorais pelo Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), responsável pela arrecadação dos direitos autorais.

É de conhecimento, que outro problema que seria solucionado, é o repasse exato dos direitos autorais aos seus titulares, que hoje vêm enfrentando vários problemas em seu recebimento, por falta de meios seguros de registro das execuções musicais.

Este Sindicato, que também atua na defesa dos interesses de titulares de direitos autorais, tem grande preocupação que a Nota Contratual seja modificada e inovada neste sentido, o que também asseguraria os recolhimentos fiscais previstos em lei.

Quanto à inscrição prévia dos contratantes junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, cuja previsão consta da Portaria Ministerial do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.346/86, tal portaria, ao ver do Simpratec-Brasil, poderia ser revogada, tendo em vista que no registro da Nota Contratual on line, simultaneamente, haveria condições de registrar os contratantes em banco de dados próprio do MTE, bastando sua simples confecção.

O registro dos contratantes simultaneamente com a confecção da primeira nota contratual on line, estaria sujeito à regularidade junto aos órgãos competentes, que através de um sistema operacional inteligente, que, interligando os bancos de dados da Receita Federal e INSS, somente possibilitaria a confecção da nota contratual, caso o sistema verificasse a regularidade do contratante.

Ante ao exposto, estas são as alterações que, ao ver do Simpratec-Brasil, colaborariam para a melhora da qualidade de vida dos músicos, possibilitando sua aposentadoria e a obtenção de outros benefícios de ordem previdenciária e colaboraria com o Poder Público, na arrecadação dos impostos previstos na legislação.

A participação da União Geral dos Trabalhadores (UGT) - central sindical que entrou nessa luta representando o Simpratec - na CPI do Ecad, em abril no Senado Federal, sob a coordenação do seu secretário cultural, nos Conselhos de Cultura do Ministério da Cultura, nas secretarias de Cultura estaduais e municipais, é imprescindível para a conquista dessas garantias trabalhistas do artista.



A UGT NA RIO + 20

Para uma sociedade mais sustentável,
UGT prepara ações para a Conferência da ONU



EMPREGOS VERDES,
TRANSIÇÃO JUSTA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA UMA SOCIEDADE
MAIS SUSTENTÁVEL

A União Geral dos Trabalhadores (UGT), como movimento sindical, participa este mês de junho da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), e dos eventos paralelos que acontecem entre os dias 11 e 23 na cidade do Rio de Janeiro.

É importante destacar que a classe trabalhadora tem contribuição a dar na elaboração de propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento.

A UGT participou da construção do "Acordo para o Desenvolvimento Sustentável" para a Rio+20 - elaborado por 73 instituições (organizações sociais, ambientais, empresariais e de trabalhadores), que será apresentado na Conferência e, depois de debatido, se transformará numa agenda para construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Pensar em desenvolvimento sustentável é pensar em novas formas

de organizar as relações econômicas, políticas e sociais. É pensar na economia solidária, na geração alternativa de energia com baixa (ou nenhuma) geração de carbono, é rever nossos hábitos de consumo, construir uma economia verde com garantia de trabalho decente, é pensar na economia do cuidado. Tudo isto construído de maneira democrática.

A participação da UGT na Rio+20 visa contribuir para melhorar as condições de trabalho e de vida numa sociedade inclusiva e em transformação, que garanta a erradicação da miséria, a produção e distribuição de alimentos, planejamento democrático e participativo. A mudança acontece a partir da participação de cada um, porque é na união que as ações se tornam mais eficazes.

O QUE É A RIO+20

É a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Rio +20) e acontecem de 20 a 23 junho

de 2012. Líderes mundiais estão presentes para expor seus compromissos em torno da sustentabilidade, debater questões como a economia verde, o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, bem como questões como alimentação, emprego, energia, entre outros.

A Rio+20 tem sido acompanhada por diversos eventos paralelos, entre os quais destacam-se a Cúpula dos Povos e a Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio Ambiente, na qual as entidades sindicais nacionais e internacionais apresentarão e discutirão suas propostas.

PONTO DE PARTIDA DA UGT: POR QUE ABRAÇAR ESTA CAUSA?

O modelo de desenvolvimento adotado e seguido por quase todos os países segue a lógica equivocada de que os recursos naturais são ilimitados, estimulando padrões de consumo insustentáveis e apropriando-se de maneira privada de bens naturais públicos, como a água. Os resultados são cada dia

mais visíveis, tanto para o planeta quanto para as pessoas.

O desequilíbrio ambiental provoca cada vez mais tenebrosos desastres naturais como tsunamis, aquecimento global, descongelamento das calotas polares, deslizamentos de terras etc.

Nunca tivemos tanta capacidade técnica para produzir alimentos ao mesmo tempo em que tantas pessoas passam fome. Temos acesso à tecnologia capaz de gerar riquezas, mas ao mesmo tempo inúmeras pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza. Aqui a responsabilidade maior não é das mudanças climáticas, mas de políticas deliberadamente aplicadas para concentrar riqueza, alimento, água, desde o âmbito planetário até os locais de trabalho.

Diversas iniciativas de acordos globais foram feitas, sem a necessária eficácia. Principalmente porque os países mais poluidores e que implementam políticas concentracionistas (através de seus governos e/ou das suas empresas transnacionais) recusam-se a firmar os Protocolos Internacionais e, quando os assinam, não os cumprem.

Basta ver o que vem acontecendo desde Kyoto (1997) e com as sucessivas Conferências Climáticas da ONU (COPs). E a três anos do prazo para o cumprimento dos Objetivos do Milênio (ODM -2000), ainda constatamos fome, analfabetismo, mortalidade materna e infantil, pobreza e miséria, que ainda permanece entre nós. Pouco foi feito pós Eco-92. A UGT vê na Rio+20 uma excelente oportunidade.

A UGT está engajada na luta pelas questões socioambientais e por melhores condições de trabalho e de vida, participando de iniciativas como: ODM, campanha mundial Jogue Limpo (Fair Play / COI/COB – para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016), e o mais recente, o “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável”.

Coerente com os documentos de sua fundação, registrados em sua Carta de Princípios, a UGT soma-se a esta luta trabalhando por políticas públicas redistributivas que impliquem inclusão e justiça sociais e no processo formativo e informativo de estimular cada representado (a) a exercitar sua consciência crítica e participar ativamente das discussões locais e nacionais. Com a participação de todos, é possível a elaboração e implementação de modelos alternativos de desenvolvimento, garantindo uma construção democrática em todo o processo de “governança”.

POR QUE A RIO+20 É IMPORTANTE PARA OS SINDICATOS?

Esta Convenção é um evento para pressionar os líderes políticos e econômicos mundiais a empreender caminhos alternativos que sejam politicamente democráticos,

AS REIVINDICAÇÕES SINDICAIS:

1) Criação empregos verdes com garantia de trabalho decente como elemento para a erradicação da pobreza.

2) Garantia sobre o piso de proteção social para toda a população mundial com um financiamento adequado para implementar e reforçar a proteção social nos países mais pobres.

3) Criação do “Fundo de Sustentabilidade” mantido pela taxa das transações financeiras.

4) Construção de um quadro institucional que garanta a governança global para o desenvolvimento sustentável o que significa permitir aos países membros da ONU escolher formas, instrumentos, acordos e articulações adequados para acelerar a transição rumo às sociedades sustentáveis.

economicamente equitativos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

ASSEMBLEIA SINDICAL INTERNACIONAL

Nos dias 10, 11 e 12 de junho, a CSI e Sustainlabour realiza sua 2ª Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio Ambiente. A Assembleia representa um espaço onde os sindicatos poderão debater as prioridades e determinar os respectivos compromissos e questões-chaves como mudança climática, produtos químicos, negociação coletiva para a sustentabilidade a respeito do meio ambiente, entre outras. Para mais informações, acesse o site da CSI: www.ituc-csi.org

O atual cenário mundial apresenta (tristes) condições para que a Rio+20 seja, de fato, histórica, mudando positivamente as perspectivas de qualidade de vida para as gerações futuras. Para tanto, é necessário que os representantes governamentais, do poder econômico, da sociedade civil e, sobretudo, da classe trabalhadora entendam sua responsabilidade no processo. Nosso papel é o de propor alternativas e garantir suas implementações. A pressão popular é fundamental.

Para mais informações, acesse as páginas oficiais e alternativas dos eventos paralelos:

www.rio2012.org.br
(Rio+20)

www.uncsd2012.org
(página oficial da ONU)

www.ituc-csi.org
(CSI)

www.cupuladospovos.org.br
(Cúpula dos Povos)

www.ugt.org.br/rio+20
(UGT Sustentável)



ESTUDO COMO ARMA DE LUTA

Para ampliar o conhecimento no mundo do trabalho, UGT cria instituto de pesquisas



NESTE SENTIDO, O INSTITUTO DA UGT SURGE COM AS SEGUINTE IDEIAS:

- O desenvolvimento é resultado do trabalho;
- A democracia é um fim e valor universal, não podendo ser subordinado a outros objetivos e finalidades;
- A finalidade maior do crescimento econômico é elevar o bem-estar social e garantir as liberdades civis;
- Os trabalhadores e trabalhadoras devem participar ativamente na definição dos rumos da nação;
- O estado deve refletir os debates, ideias e projetos que se formam na esfera pública e conferir espaço e voz para uma cidadania ativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mediar a relação entre a sociedade civil e governo;
- Atuar como uma organização independente de partidos nos debates em torno das políticas públicas;
- Identificar, articular e avaliar questões de políticas públicas propostas e programas;
- Transformar ideias e problemas emergentes em políticas públicas;
- Interpretar questões, eventos e políticas para facilitar o entendimento dos segmentos organizados dos trabalhadores e da sociedade civil geral;
- Fornecer um fórum construtivo para trocar ideias e informações entre atores chave no processo de formulação de políticas públicas;
- Construir um espaço de capacitação das lideranças sindicais e dos trabalhadores em geral;
- Garantir uma participação positiva da UGT em todos os conselhos e comissões que tenha poder de voto;
- Fortalecer a representatividade da UGT no protagonismo das ações do mundo do trabalho e na sociedade;
- Garantir à UGT uma ação proativa e positiva nos organismos internacionais.



...AOS DESAFIOS POLÍTICOS, A FORMAÇÃO DE SERES HUMANOS

A economia solidária como arte do fazer sustentável

Da Zona Leste, em São Mateus, surgiu um projeto coletivo de reaproveitamento de alimento integral. Terezinha, Sandra e Shirlene são alguns dos braços femininos que integram o projeto Pão e Arte, uma padaria comunitária, que tem o compromisso de geração de renda e formação. Elas praticam a sustentabilidade a partir do processo de conscientizar a população a não desperdiçar o alimento, exercendo, assim, uma economia solidária. E neste contexto, receberam um convite para participar da Rio+20

Tudo começou em 1999, através de um grupo de mulheres da comunidade que fazia pães. Na época acontecia a Campanha da Fraternidade sobre o desemprego, na comunidade de Moisés Libertador, e as mulheres locais, desempregadas, juntavam seu dinheirinho com o pão vendido de casa em casa. Então a comunidade ofereceu espaço para desenvolver o projeto. E assim nasceu o Pão e Arte. Com o tempo começaram as doações pelo reconhecimento do trabalho: forno industrial, batedeira, geladeira, máquina de fazer pão, bujão de gás, dinheiro de um companheiro como incentivo para o projeto e a estrutu-

ra hoje está praticamente completa. As mulheres da comunidade ofereciam oficinas de pão para o coletivo, desde a ida à feira até a base, onde eram preparados os pães feitos com alimentos reaproveitáveis e integrais, com o compromisso de gerar emprego, educar com relação à alimentação, a questão do desperdício, formar pessoas das favelas onde trabalhavam como voluntárias (Pastoral da Criança e Movimento em Defesa dos Favelados – MDF). E o trabalho sustentável acompanha o Pão e Arte desde o início, como forma de acabar com a miséria e transformar lixo em alimento.

Do pão, o cardápio alimentar se expandiu e vieram os convites para fazer eventos. As oficinas, dadas na prática, levam um dia. “Nós vamos pra feira, catamos semente, casca, folhas, ensinamos a parte de higienização, como preparar para não desperdiçar vitaminas. Cada comunidade que nos chama, a gente vai lá e prevê o que é melhor pra comunidade, melhor horário, analisa quanto tempo a mulher tem disponível. Em 4 horas a gente consegue fazer pão, o feijão levanta defunto (que leva tutano, talos, osso), o arroz integral”, conta Terezinha Camargo da Silva, que principiou o projeto.

A divulgação do trabalho é feita de

boca em boca e a fonte de renda vem através das diárias de cada evento. Envolvidas no projeto, um total de 5 mulheres, denominadas coordenadoras, trabalham com um sonho e um desafio: o de empregar as mulheres que passam por dificuldades, gerar mais emprego e resgatar a dignidade através do trabalho. Vale ressaltar que grupo de homens e jovens também têm espaço no projeto.

“Quando é um evento maior, a gente chama as pessoas que passaram pela oficina para ajudar a servir ou trabalhar na produção do alimento. E é um grande desafio, porque não podemos garantir todo mês um salário para as pessoas que a gente convida. Não temos nem pra nós. Então a gente divide entre nós o que a gente trabalhou e no final do mês, fazemos nosso fechamento, e aí tira nossas despesas. Damos as diárias e distribuimos o que restou. Mas a ideia é que um dia seja uma cooperativa com 20 mulheres”, contempla Terezinha.

E a economia solidária foi se incorporando no dia a dia da comunidade, como parte de uma formação sustentável, com justa distribuição de renda, na relação do ser humano, agregando valor, na busca pela justiça através de debates. Das feiras e reuniões que participam, a sobra dos



Precisamos ter um meio de divulgar. Fazer um blog, esse tal de site, Facebook, a gente precisa informar pras pessoas os cursos, o que a gente vai dar. É o que a gente mais precisa no momento”, planeja Sandra Maria da Silva, também participante do projeto e filha de Terezinha.

alimentos é distribuída na vizinhança. “Até hoje a gente vai naquelas feiras, não vende e distribui nas favelas. A economia solidária nos ajuda a entender sobre o capitalismo, a questão da distribuição de renda, a autossustentabilidade, como a gente andar para um dia a gente ter o nosso CNPJ. A economia solidária nos mostra os horizontes”, reflete Shirlene Barbosa Martins, membro do Pão e Arte, que chama a atenção para falta de políticas públicas.

Para servirem num evento precisavam da nota fiscal. “Pra participar de um processo seletivo da prefeitura, numa concorrência, como esse grupo pequeno vai concorrer com um projeto sem CNPJ? Fecha um monte de portas”, acrescenta Shirlene.

Elas lidam com a arte, mas para isso precisam superar desafios. “O pão é uma arte. A arte de fazer o pão. O nosso foco é o pão e temos muitos concorrentes, muitas padarias, porque nosso pão sai mais caro e acabam optando pelos da padaria. E trabalhar a questão da consciência na comunidade, da solidariedade, faz parte deste conjunto. Em todo o projeto está inserida também a formação política. Na prática é passa-

do todo o processo da plantação até a colheita de um alimento. É uma sementinha lá no meio do oceano, mas a gente acredita que contribui”, ressalta Terezinha, sobre a importância de conscientizar e valorizar o projeto dentro do grupo.

O trabalho traz esperança e autoestima. Estimular e servir de exemplo já ajudou as coordenadoras do Pão e Arte a formar novos grupos que seguiram seus próprios caminhos ou ajudaram a encaminhar pessoas para uma profissão. “Vemos muitas mulheres com a autoestima lá embaixo e nós servimos de exemplo para elas. Somos referências através de nossos testemunhos. E o que a gente tem muito carinho é pelas mulheres que passaram pelo projeto”, relata Terezinha, que graças ao projeto voltou a estudar. São Sandras, Marias José, Kellys, que passaram pelo grupo e concretizaram seus sonhos. Uma conseguiu com o dinheirinho que juntou, concluir o curso de enfermagem. Outra virou técnica em alimentação e assim por diante.

Agora o maior desafio é a divulgação. “A gente ainda não tem um site.

“Eu comecei em casa com mãe. Ela fazia o pão e eu saía de porta em porta com a cestinha. Mas como eu era nova, tinha as crianças, acabei indo para o projeto financeiramente mesmo. Aí comecei a estudar enfermagem, gosto de lidar com o ser humano, conversar, conhecer gente nova. Isso me empolga demais e trabalha com a autoestima. Quando a gente dá o curso, levamos a apostila, o certificado e isso é tão gostoso: ver a alegria porque fizeram o curso, que aprenderam a fazer e que vai gerar renda pra elas. Isso é o que mais me move.”

Sandra Maria da Silva, 35
(esquerda)

“O que me encanta é a dignidade da mulher, o resgate da mulher. Trabalhar pela igualdade. Antes eu só trabalhava, trabalhava e trabalhava. E foi na comunidade que descobri e resgatei os direitos da mulher. E por isso agarro com unhas e dentes no projeto esse lado da mulher.”

Terezinha Camargo da Silva, 56
(meio)

“O ponta-pé inicial do projeto foi uma questão financeira, que na época foi o que me moveu. A través do projeto fui dar aula numa ONG e que estava sendo útil. Isso é o que me encanta. Até hoje recebo ligação de pessoas que dei aula. Eu vejo o crescimento delas, que eram totalmente reprimidas e exploradas. Chegava no final do curso a gente até brincava que surgia um monte separação, porque essas mulheres souberam se valorizar. Uma janela para se libertar é o que me move a ficar.”

Shirlene Barbosa Martins, 52
(direita)

É possível ter um trânsito melhor na cidade de São Paulo

“As pessoas com flexibilidade de horário seriam menos estressadas se fossem passageiras num ônibus do que motoristas num congestionamento”, diz Soninha

Paulistana nascida no bairro de Santana, Soninha Francine é jornalista e apresentadora de televisão. Formada em Cinema, pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou em emissoras como MTV e TV Cultura foi colunista da Folha de São Paulo e comentarista da ESPN-Brasil, entre tantos outros trabalhos em veículos de comunicação.

No cenário político, Sonia Francine Gaspar Marmo ganhou destaque por vencer as eleições à vereadora, em 2004. Seu mandato foi focado nas áreas de esportes, acessibilidade e cultura, juventude e na defesa dos direitos humanos e do público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais).

Soninha disputou as eleições à deputada federal, prefeita de São Paulo e foi sub-prefeita da Lapa. Atualmente, é superintendente da SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades), uma autarquia do governo paulista ligada à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

“A função da SUTACO é promover o artesanato como forma de geração de renda e desenvolvimento local, com viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e social. Desta forma, busca-se resgatar e preservar formas de artesanato paulista e também acompanhar as formas modernas e contemporâneas de produção artesanal para promover a identidade artesanal da cidade e o quanto o artesanato representa para a cultura e a história de determinados lugares”, explica Soninha.



REVISTA DA UGT - Você foi vereadora, sub-prefeita e agora é superintendente da SUTACO. Como surgiu essa militância?

SONINHA - Eu cresci contagiada com a indignação da minha mãe que não suportava injustiça e mentiras. Pensei em política quando era pequena, mas justamente com a ditadura, achei que seria mais atuante, politicamente, fazendo outras coisas, como lecionando ou sendo apresentadora de televisão, repórter, colunista de jornal ou mediadora de debate, mas com o tempo nada disso me satisfazia, muito pelo contrário eu tinha muito contato com os problemas e pouco poder de solução. Daí, voltei a pensar na política como minha atividade principal na vida.

REVISTA DA UGT - Qual o poder da internet e das redes sociais como um modo de se fazer política no Brasil e no mundo?

SONINHA - Tem mil qualidades esse engajamento político por redes sociais. Ele suprime as barreiras de tempo e distância, sendo possível as pessoas se comunicarem de lugares muito distantes e de horários muito improváveis. Assim, você já não precisa dispor de um espaço físico, condução e condições para reunir um grande número de militantes para um determinado debate. Essa parte é muito boa, apesar disso me preocupa que essa situação pode criar uma ilusão de engajamento, porque apesar da facilidade e o poder de influência que a internet proporciona, é preciso que a pessoa levante da cadeira e vá à luta.

REVISTA DA UGT - Soninha, você é uma pessoa que valoriza muito o transporte coletivo e se utiliza desse meio de locomoção. Porque o transporte público ainda continua não cativando uma parte da população que insiste em usar seu carro?

SONINHA - O transporte público tem deficiências e tem defeitos sérios, que são

defeitos de gestão como: a integração de vários modais de transporte, planejamento de itinerário de ônibus, entre outros. Esses defeitos vão desde a estrutura básica dos pontos de parada e a falta de informação. Mas não é verdade que o sistema é impossível e que não se pode trocar o carro por ônibus em São Paulo, isso é mistificação. O ônibus está muito lotado no horário de pico e no sentido do fluxo, mas no contra-fluxo do horário de pico é possível viajar sentado, assim como no metrô a pessoa não precisa se espremer na plataforma, trocar o carro por transporte coletivo é uma mudança de hábito, principalmente se a pessoa tem a condição de um horário mais flexível, esses profissionais seriam muito mais felizes e menos estressados se elas fossem passageiras num ônibus do que motoristas num congestionamento.

REVISTA DA UGT - Existe uma luz para o trânsito de São Paulo?

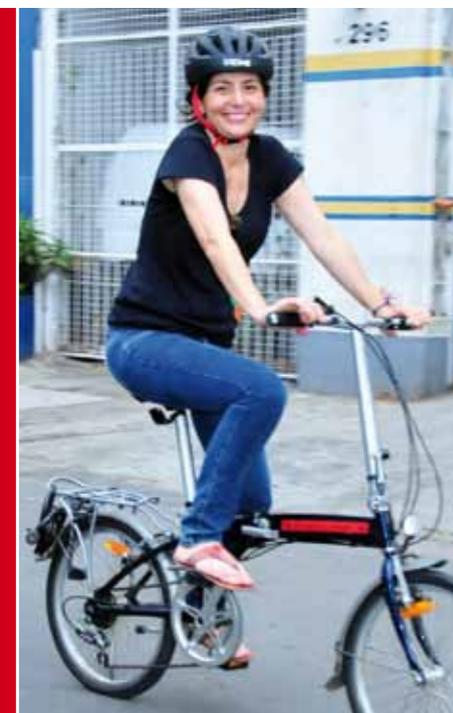
SONINHA - Sim, com a ampliação do transporte coletivo, melhores condições para as bicicletas e pedestres e disciplinando melhor o trânsito de automóveis, para evitar o uso abusivo e compulsivo. Digo isso, porque muitas pessoas não usam seus transportes individuais porque

precisam e sim porque não conseguem se enxergar sem seus carros, isso tem muito de auto-imagem. O trânsito e a mobilidade só tem jeito se melhorarmos o uso e a ocupação do solo nas grandes cidades. É muita gente na cidade precisando de transporte ao mesmo tempo, então se você não melhorar a distribuição de atividade econômica e de moradia popular na cidade, não haverá transporte que dê conta.

REVISTA DA UGT - A UGT é engajada na construção de políticas públicas que elevem a qualidade de vida da população. Qual a importância das entidades de classe na construção dessas políticas?

SONINHA - Não me lembro quem disse, mas ouvi durante minha campanha para a prefeitura que “A democracia não é da maioria e sim de quem se organiza”. Quem se organiza tem o poder de influência no regime democrático, porque a maioria das pessoas só é ouvida durante a eleição, mas ao longo dos anos não, caso a pessoa não esteja ligada a algum movimento como sindicato ou movimento social. Por isso é fundamental o trabalho da UGT e das demais centrais na construção da democracia que queremos para o Brasil. 

“Para Soninha é preciso fortalecer na cidade um programa de desenvolvimento regional, para que os trabalhadores possam se qualificar e exercer suas funções laborais nas proximidades de sua casa, desta forma serão enfrentados os problemas causados pelo excesso de gente nos horários de pico”





UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL